



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**O COTIDIANO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA E AS DROGAS: SUBSÍDIOS PARA UM
PROJETO DE INTERVENÇÃO**

**JOANA MARIA GUIMARÃES BARBOSA
FRANCISCO MARCELINO GUIMARÃES BARBOSA**

Fortaleza – CE
2015

Joana Maria Guimarães Barbosa
Francisco Marcelino Guimarães Barbosa

**O COTIDIANO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA E AS DROGAS: SUBSÍDIOS PARA UM
PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Monografia apresentada, como pré-requisito de conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, sob orientação da Profª Dra. Francisca Rosália Silva Menezes.

Fortaleza – CE
2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Barbosa, Francisco Marcelino Guimarães.

B195c

O cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua e as drogas: subsídios para um projeto de intervenção. / Francisco Marcelino Guimarães Barbosa; Joana Maria Guimarães Barbosa. Fortaleza, 2015.

62 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Rosália Silva Menezes.

Inclui Figuras, Referências e Anexos.

1. Menores de rua - Direitos fundamentais - Brasil. 2. Adolescente. I. Título. II. Barbosa, Joana Maria Guimarães.

CDD 342.81085

Dedicatórias de Joana:

Aos meus pais José Guimarães Barbosa e Enely Salazar Brarbossa (*in memorian*);

À Dona Francina Fernandes (*in memorian*), pela força espiritual nos momentos mais difíceis ao longo do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da UNILAB.

Dedicatórias de Marcelino:

À minha querida esposa Francisca Elza Ferreira Dias.

AGRADECIMENTOS

De Joana:

Agradeço, de todo o coração,

A Deus;

À Professora Doutora Francisca Rosália de Menezes, pela competente, paciente e incansável orientação que nos foi dada na produção desta pesquisa.

À Coordenação, aos docentes, às tutoras e aos companheiros de estudo do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da UNILAB.

A minha família e meus amigos pela força e incentivo.

Às minhas grandes amigas Ana Diamantina de Sousa, artista plástica e Professora Doutora Liduína Fernandes, pelo incentivo que me manteve “viva” no árduo trabalho que resultou nesta pesquisa.

E ao poeta Venâncio Raimundo de Sousa Neto, pelo belo poema posto em epígrafe nesta comunicação.

De Marcelino:

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma estiveram presentes direta ou indiretamente na conclusão deste trabalho.

As crianças do Brasil não brincam,
Brigam, roubam, traficam, estupram, matam...
fazem o diabo a quatro as crianças do Brasil.
Fazem o diabo a quatro com as crianças do Brasil:
prendem, torturam, roubam, traficam,
estupram, matam...
As Crianças do Brasil não sonham,
sabem que Alice não mora aqui
e que Papai Noel sempre botou para elas
as barbas de molho.
Noel, Noel, Noel, meu velho, se toque
não se entoque
com as crianças do Brasil não se brinca,
elas não brincam em serviço,
a barra é pesada,
é ferro na boneca, é no gogó, neném !

Venâncio de Sousa Neto
Poeta cearense

RESUMO

A presença histórica de crianças e adolescentes em situação de rua na sociedade brasileira tem sido considerada por estudiosos dos mais diversos ramos do conhecimento humano, como um dos graves e crescentes problemas, entre os muitos que compõem o nosso quadro social. Torna-se cada vez mais urgente o seu enfrentamento político por parte dos que governam, nas três esferas da Federação, o Estado Brasileiro, bem como do mundo acadêmico, produzindo estudos científicos para subsidiar ações das instituições governamentais e das organizações não governamentais, e o envolvimento de toda a sociedade civil. Nesse sentido, nesta pesquisa, intitulada “O cotidiano de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: subsídios para um projeto de intervenção”, pretende-se conhecer, compreender e analisar a origem histórica desse fenômeno, o seu desenvolvimento agravado nas últimas décadas, com a popularização do uso de drogas, e o que esta união explosiva (rua e droga) fez com que os riscos que esse desprotegido segmento populacional, aumentassem imensuravelmente. O campo da pesquisa é a Praça dos Leões, um dos logradouros públicos situados no centro da cidade de Fortaleza, na qual os sete pesquisados que compõem o público alvo, convivem aleatoriamente, com outros segmentos excluídos, de forma animalésca, entregues ao próprio azar. Na obtenção dos dados de natureza qualitativa, utilizou-se de diferentes instrumentos, como questionário fechado, entrevista aberta, diário de campo e produção de desenhos. Na sua fundamentação teórica, utilizou-se de estudos historicamente produzidos sobre a temática, de diversos autores, entre outros Freitas (2000), Campos (2008), Osterne (1986), Azevedo (2002), Iongenecker (2002), Couberive (1965) e Sousa Neto (2006). Obedeceu-se a todos os procedimentos éticos exigidos na produção de estudos envolvendo seres humanos, sobretudo, crianças e adolescentes. Os resultados obtidos apontam para o descaso dos governantes e das instituições públicas e não governamentais, que, quando muito se utilizam de programas assistencialistas e de práticas caridosas, as quais não conseguem nem mesmo atenuar a sofrida realidade de vida das crianças e adolescentes em situação de rua e muito menos, reincluí-las.

Palavras chave: Crianças, adolescentes, drogas.

ABSTRACT

The historical presence of children and adolescents living on the streets in Brazilian society has been considered by scholars from various branches of human knowledge, as one of the serious and growing problems among the many that make up our membership. It is becoming increasingly urgent your political confrontation on the part of those who govern, the Federation three spheres, the Brazilian State and the academic world, producing scientific studies to support programs of government institutions and non-governmental organizations, and the involvement of the whole civil society. In this sense, this research entitled "The daily life of children and adolescents in street situation: subsidies for an intervention project", is intended to know, understand and analyze the historical origin of this phenomenon, its development worsened in recent decades, with the popularization of the use of drugs, and that this explosive union (street and drug) caused the risk that unprotected population segment, to increase immeasurably. The field of research is the Square of the Lions, one of the public places situated in the center of the city of Fortaleza, in which the seven surveyed that make up the target audience, live randomly with other excluded segments of animalistic way, given the very bad luck. In obtaining qualitative data, we used different instruments such as closed questionnaire, open interview, field diary and production drawings. In its theoretical basis, we used studies historically produced on the subject of several authors, among others Freitas (2000), Campos (2008), Osterne (1986), Azevedo (2002), Longenecker (2002), Couberive (1965) and Sousa Neto (2006). If obeyed to all ethical procedures required in the production of studies involving human beings, especially children and adolescents. The results point to the neglect of governments and public and non-governmental institutions, which at best make use of welfare programs and charitable practices, which can not even mitigate the reality of life of children and adolescents living on the streets.

Keywords: Children, adolescents, drugs

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA BREVE HISTÓRIA	12
1.1 DOS PRIMÓRDIOS	12
1.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	14
1.3 DA CATEGORIZAÇÃO	19
2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO USO DE DROGAS	22
2.1 DROGAS – CONCEITOS ESSENCIAIS	22
2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS DROGAS MAIS USADAS	25
2.3 FATORES DE RISCO AO USO DE DROGAS	28
3 DA PESQUISA DE CAMPO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE RESULTADOS	33
3.1 LÓCUS DA PESQUISA	33
3.2 DO PÚBLICO – ALVO	34
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.3.1 Das dificuldades primeiras	35
3.3.2 Do campo	37
3.3.3 Da natureza da pesquisa	39
3.3.4 Da coleta de dados	40
3.3.5 Da análise dos dados	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	51

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, ainda que nos últimos tempos tenha reduzido os números de sua população jovem, (0-19 anos), o percentual dessa faixa etária continua elevado, notadamente entre as famílias, cujos índices de desenvolvimento humano -IDH, são os mais baixos. No texto da Constituição Federal brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente professa que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos que devem contar com a prioridade absoluta das políticas e planejamentos socioeconômicos. As crianças e os adolescentes, segundo o citado Estatuto, têm total primazia em atendimentos de socorro, proteção e serviços públicos em geral. As famílias devem priorizar pela plena formação daqueles que ainda estão em processo de desenvolvimento social e cognitivo, caso isso não aconteça, a responsabilidade por zelar pela formação, social, comunitária e educativa é do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) rege em seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Essa população menos favorecida, social e economicamente, sofre também historicamente com a incapacidade e o desinteresse do poder público em cumprir com o que está previsto na Constituição e no Estatuto. Os projetos governamentais sempre sinalizaram no sentido de identificar população infanto-juvenil pobre como sendo um dos alvos de maior investimento no que concerne a ação de políticas públicas, mas o que se observa no cotidiano da realidade social brasileira é um fracasso e um descaso com relação a incapacidade dessas políticas públicas em apresentar índices satisfatórios na solução desses problemas.

Vários fenômenos sociais referentes a população infanto-juvenis são amplamente discutidos, como por exemplo, o trabalho infantil, a evasão escolar, a desagregação familiar, o consumo de drogas e a sobrevivência nas ruas. No entanto, até o presente momento, não foram significativas as mudanças nesse lastimável quadro de problemas sociais onde jovens e adolescentes são protagonistas.

Tudo isso, acrescido de um estado de violência social, comparável somente aos países que declaradamente estão em guerra civil ou em guerras internacionais. E neste quadro

de criminalidade organizada, no qual furtos, roubos, assaltos à mão armada, homicídios e chacinas geraram um clamor popular fomentado pelos meios de comunicação de forma espetacular e por alguns grupos políticos que defendem a antecipação da maioria penal e reformas profundas nas leis vigentes referentes às crianças e adolescentes, o que só os fragilizaria mais ainda.

Sensibilizados por este quadro social, foi que a presente pesquisa, intitulada “O cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua e as drogas : subsídios para um projeto de intervenção”, realizada a quatro mãos, voltamo-nos para pesquisa na tentativa de compreender do que leva uma criança ou um adolescente a deixar a casa e tudo o que ela representa em termos de afeto, proteção e conforto, por mais pobre que seja a família, para morar na rua, lugar onde vão conviver, em abundância, com todas as formas de riscos ,muitos deles, inclusive, fatais, indiferentes a tudo isso. (A casa e a família muitas vezes representa um lugar de sofrimento e violência)

Nosso processo de pesquisa teve seu início com as frequentes visitas à Praça dos Leões, onde entramos em contato com os jovens em situação de rua que circulavam cotidianamente pela praça. Foi nesse contexto que surgiram perguntas sobre o que representava a rua e o que significava a rua em nossas representações sobre o ser infanto-juvenil, Como eles sobrevivem? O que eles pensam de suas famílias? Quais suas relações com as drogas e com o crime organizado? Como se relacionam com os seus pares e com os mais diversos grupos sociais que formam o mundo da rua? Como eles veem a ajuda oferecida pelas instituições que atuam junto a eles? Estarão eles mesmo protegidos pelas leis específicas em vigor? QUAL A PERSPECTIVA DELES EM TERMOS DE FUTURO? Aliado a essas questões também procuramos investigar se haviam efetivas ações sócio-políticas que envolvessem governantes e a sociedade civil. A prefeitura de Fortaleza teria um órgão exclusivamente dedicado ao problema do menor em situação de rua? O órgão competente, no caso a FUNCI, teria efetivamente realizado algum avanço no sentido de inclusão social dessas crianças e adolescentes, incomparavelmente mais vítimas do que culpadas por essa violência social institucionalizada? Estas e mais outras questões, supomos, estão respondidas nas linhas desta comunicação.

Ao iniciarmos os trabalhos de produção desta pesquisa, principalmente ao adentrarmos o campo, uma sensação de que cumpríamos uma espécie de destino manifesto foi tomando conta de nós dois: irmãos que somos, membros de uma família simples e numerosa, oriunda do Maranhão, que se não fosse pelo o amor sem medida, pelos rígidos valores morais

e religiosos, pela a garra desmedida e pelo exemplo dado pelos nossos saudosos pais, que tudo fizeram, inclusive renunciando em muito às suas próprias vidas em prol de nossas vidas.

Ainda pré-adolescente, Marcelino começou trabalhar em lojas do centro de Fortaleza, e assim, tivemos nossos primeiros contatos reais com a presença de crianças e adolescentes, em nossos percursos de ida e vinda diária para a nossa casa, os quais na devida época, eram rotuladas de “ladrões mirins”, o que muito nos impressionava, não só suas existências, mas a reação odiosa da sociedade para com os mesmos, expressa nos constantes gritos de “pega ladrão”, que nos enchia de um sentimento misto de temor e compaixão.

Tanto é, que, mesmo depois que a vida nos enlutou para sempre com a perda de nossos pais, fizemos uma espécie de pacto conosco mesmos, que nos manteríamos unidos por tudo que eles nos ensinaram acerca de uma vida simples, porém crescente na prática de todas as virtudes. Foi assim que, ao partirmos para o campo, aprendemos que no ofício de pesquisar, ir ao encontro de outros, acabamos, também, nos encontrando.

Esta comunicação acadêmica, na Praça dos Leões, um dos históricos logradouros públicos de Fortaleza, capital do estado do Ceará, o seu campo de pesquisa. O público alvo é formada de sete sujeitos, entre os quais duas crianças e cinco adolescentes, assim classificados de acordo com o conceito do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eles estão identificados, por uma questão de ética, por um código alfanumérico, constituído de uma letra inicial, fictícia, uma numeração verdadeira correspondente à idade e uma letra correspondente ao gênero.

Constitui-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e, ao mesmo tempo, de uma pesquisa bibliográfica. Através da primeira, buscamos obter os dados necessários para o conhecimento e a compreensão do referido fenômeno social, através da aplicação de um questionário fechado, de entrevistas abertas, de diário de campo e do Teste de desenho da família, ora realizados individualmente, ora em dupla e em raras vezes, com a presença total do grupo.

Na pesquisa bibliográfica, procuramos fundamentar teoricamente a análise dos resultados empíricos alcançados. Para tanto, utilizamos, em termos metodológicos, procedimentos qualitativos e descritivos, por entendermos estes caminhos como os mais adequados aos objetivos de um estudo como este, de natureza multidisciplinar e interinstitucional não se limitando, portanto, ao trabalho setorial / educacional, saúde, ação social. Isto porque a natureza da problemática “criança e adolescente em situação de rua e as drogas” por exigir conhecimentos sociológico, histórico, demográfico, econômico e antropológico, entre outros. Dentre os autores investigados, os quais estão devidamente

relacionados nas Referências Bibliográfica, citamos CARVALHO(1999), SILVA; MILITO (1995), FREITAS (2000), PILOTI; RIZZINI (1995), SOBRINHO (2001), OSTERNE (1986), JASMIN (1986), MAGER; SILVESTRE (2004), AZEVEDO (2002), OLIVEIRA (1997), LONGENECKER (2002), COUBERIVE (1965), SOUSA NETO (2006), MARTINS (2004) E RUDIO (2008).

Na presente pesquisa, respeitamos todas as condições éticas exigidas para estudos que envolvam seres humanos e, mais ainda, quando se trata de estudos envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua, cientes da necessidade e da importância da realização de uma pesquisa empírica e teórica metodologicamente bem embasada. Em sendo assim, respeitamos a concepção do ECA, pela qual crianças e adolescentes são sujeitos cidadãos, conseqüentemente, de direito, e como tal, a eles concedemos o poder total de decisão sobre suas participações em nosso estudo, visto que na situação de rua em que se encontram, impossibilitou-nos o que seria necessário, no caso o consentimento legal de seus respectivos pais ou responsáveis. Nesse sentido, expomos em todos os nossos encontros, que não forneceríamos a eles nenhuma forma de recompensa material, justo para que houvesse a liberdade de escolha em suas participações. Além disso, houve de nossa parte, como pesquisadores, a preocupação em fazê-los entender e avaliar os objetivos da pesquisa.

A presente pesquisa estrutura-se em três capítulos, a saber: no primeiro, denominado “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Uma Breve História”, no qual narramos a origem e o desenrolar da história desse fenômeno social, bem como das políticas públicas e da categorização do ser infante-juvenil ao longo desta história; no segundo, “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e o Contexto Sociocultural do Uso de Drogas”, realizamos um estudo sobre as drogas de preferências do nosso público alvo e os fatores de risco que levam ao uso abusivo dessas substâncias psicoativas; no terceiro, “Da Pesquisa de Campo: Procedimentos Metodológicos e Análises de Resultados”, tratamos de apresentar os meios de realização da pesquisa empírica, as formas de obtenção dos dados e a análise dos mesmos.

1 CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA BREVE HISTÓRIA

O presente capítulo constitui-se, conforme o título anuncia, de uma breve história da criança e do adolescente em situação de rua. Em seu primeiro momento, apresenta os primórdios dessa história, com ênfase na origem desse segmento populacional e as primeiras formas de atendimento por parte do poder colonial português. Em seguida, o foco se desloca para as políticas públicas e as instituições criadas para as suas implementações, bem como as legislações específicas para dar respaldo jurídico às ações do poder público a nível nacional e a nível local, o Estado do Ceará e mais especificamente a cidade de Fortaleza, lócus da pesquisa e por último, historia-se a categorização do que aqui utiliza-se da expressão criança e adolescente em situação de risco.

1.1 DOS PRIMÓRDIOS

A colonização portuguesa, a partir do século XVI, nas terras que passariam a ser chamadas Brasil, pelas formas como se deu o povoamento lusitano, trouxe uma série de problemáticas sociais, entre as quais pode-se citar o surgimento de crianças abandonadas, nascidas de relações ilegítimas dos chamados “homens bons”, brancos, com as negras de origem africana e as ‘negras da terra’, como assim eram chamadas as mulheres indígenas.

Ainda que esta realidade tenha se prolongado até o século XVII, são raras as fontes documentais da época que demonstram a sua existência, mas admitindo que durante um longo tempo, a presença de portugueses era exclusivamente de homens, a carência de mulheres levou-se a satisfazer suas necessidades sexuais com as mulheres dos segmentos escravizados. Freitas (2000, p.18), corrobora com essa suposição, ao afirmar que:

Nos primórdios da colonização brasileira, o abandono de crianças já era uma Prática comum. Em 1521, já se registravam vários casos de crianças abandonadas no Brasil [...], deixadas em locais públicos, como igrejas, centros de saúde e câmaras municipais.

Não é mero exercício de imaginação, também supor que tal realidade se fez presente na história do Ceará, guardadas as devidas diferenças circunstanciais. A colonização portuguesa

se deu tardia, iniciada apenas a partir de 1603, com a expedição de Pero Coelho e consolidada oficialmente, somente após a expulsão dos holandeses, que invadiram e permaneceram em terras cearenses de 1639 a 1654, o que explica em grande parte, ainda hoje, a presença de crianças e adolescentes em situação de rua com caracteres biogenéticos semelhantes aos povos dos Países Baixos. (CAMPOS, 2008).

Mas foi a partir do século XVIII, que as crianças abandonadas se tornaram uma população visível nas principais cidades brasileiras e um problema social de grandes proporções. Neste século, por ordem direta de Portugal, coube às Santas Casas assumir a assistência às crianças abandonadas, que adotaram o modelo implementado na Europa, durante a Revolução Industrial, denominado de “Roda dos Expostos”. Lê-se em Freitas (2000, p.19), que:

A chamada ‘Roda dos Expostos’ ou dos ‘enjeitados’ era um artefato de madeira em forma de cilindro giratório que se movimentava do exterior para o interior da instituição de recolhimento. Assim, a criança depositada na cavidade do cilindro que dava para a rua era rapidamente enviada para dentro sem que a identidade do(a) depositante pudesse ser revelada.

Pela leitura desta citação pode-se dizer que muito mais do que uma assistência, ocorria um suplício a tais crianças, tanto é que, de acordo com Priore (1996, in Freitas (2000, p.19),

As crianças permaneciam de um a dois meses nas Santas Casas, onde o índice de mortalidade era altíssimo, oscilando entre 50 e 70%. Os que sobreviviam, após os sete anos eram vendidos como escravos para os fazendeiros ou entregues à Marinha, no caso dos meninos. Este sistema, funcionava na verdade como um mecanismo de validação do abandono de crianças mestiças ilegítimas, ao mesmo tempo que revelava a conivência dos organismos oficiais com as relações extraconjugais de senhores de escravos, colonos, comerciantes e padres com mulheres negras e índias. Assim, preservava-se a moral das famílias, dando um fim caridoso aos frutos das relações ilícitas.

Vale ressaltar que na história do Ceará não há registros da existência do sistema de roda, e que devido ao caráter singular da sociedade do couro que se instalou predominantemente em território cearense, as crianças ilegítimas eram absorvidas como mão de obra escrava nas fazendas de gado e de algodão. E que, ele foi abolido pelo Código de Menores, instituído em 1927, muito embora, ilegalmente haja comprovações documentais de seu funcionamento ilegal até 1940, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (FREITAS, 2000).

No período nacional, pós-independência, em 1822, como consequência direta do crescimento populacional ocorrido até então, devido ao incremento do tráfico negreiro, da imigração europeia, do processo abolicionista, do crescimento urbano e das elevadas taxas de

natalidade então registradas, houve o crescimento da população infanto-juvenil e entre estes, dos abandonados.

Campos (2008, p.40), apresenta um quadro demográfico da então Província do Ceará, referente ao Censo de 1872, que dá uma ideia do que foi dito aqui:

ETNIA	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	PORCENTAGEM
Branços	268.863	-	268.863	37
Pardos	339.166	18.254	357.420	50
Pretos	28.934	13.359	42.593	06
Caboclos	52.837	-	52.837	07
Total	689.800	31.913	721.713	100

Fonte: Censo Demográfico de 1872.

Com a fratura social exposta que representava a crescente população de mirins desvalidos, provocou a ampliação e a diversificação das instituições encarregadas em protegê-los. Assim, informa Freitas (2000, p.20), que:

Entram em cena os asilos de órfãos, as escolas industriais e agrícolas para órfãos e as associações particulares para amparo não asilar de crianças com ênfase na instrução. A prática de recolher crianças em asilos era fundamentada na necessidade de banir das ruas aqueles elementos que fugiam ao controle das famílias e perambulavam nas vias públicas, ameaçando a 'ordem'.

1.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a consolidação da República, em fins do século XIX, assistiu-se na sociedade brasileira, em decorrência da expansão do capitalismo e do desenvolvimento urbano, o advento de uma política de medicina social, cuja preocupação maior era a implementação de práticas higienistas. Fortaleza, a capital do Estado do Ceará, foi uma das cidades brasileiras que mais sofreram essas intervenções, devido ao intenso êxodo rural ocorrido entre os anos de 1877 e 1932, período em que o território cearense sofreu períodos seguidos de longas secas. Toda a população de imigrantes, foram excluídos socialmente, pelos chamados “Campos de Concentração”, criados oficialmente para não manchar a imagem de metrópole que se construía ideologicamente nos tempos de sua bela época. .

Nesse citado contexto higienista, quanto às crianças e adolescentes, foram criadas de forma dispersa, as primeiras instituições oficiais, de caráter assistencial, com práticas repressivas e isolacionistas, que foram os chamados asilos de menores.

Mesmo assim, a população de crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Fortaleza, multiplicava-se assustadoramente. Uma prova disso está em um curioso e encoberto fato, registrado como “A Passeata das Crianças”, ocorrido em 1911, durante a campanha eleitoral para o governo estadual, polarizada na disputa entre os candidatos Nogueira Accioly, situacionista e Franco Rabelo, oposicionista, este apoiado pelas elites urbanas. A passeata foi organizada pela Liga Feminina Pró-Rabelo, que reuniu cerca de 600 crianças de rua, vestindo-as de branco e enfeitadas com o verde e o amarelo da bandeira nacional e um medalhão de Franco Rabelo no pescoço e as conduziram em marcha de protesto contra os desmandos da oligarquia Accioly. (CAMPOS, 2008)

Ao se aproximarem da Praça do Ferreira, local já de pleno conhecimento daquelas crianças, já que nela eles encontravam abrigo, foram reprimidas violentamente pela cavalaria da polícia, pois as ricas senhoras diante da brutalidade policial, deixaram a meninada entregues à própria sorte, pisoteadas pelos cavalos, agredidas pelos policiais, sendo uma menina de 10 anos morta por um tiro dado por um soldado, o que causou a revolta e a indignação dos transeuntes, expressas em um completo quebra-quebra de lojas, bondes, estátuas e monumentos públicos. (CAMPOS, 2008)

A nível nacional, a realidade da criança e do adolescente pobres, nesta época, “constituía-se responsabilidade de Secretários de Segurança Pública e era tratado como um caso de polícia”. (Osterne, 1986, p.28). No entanto, pelo menos no papel, ocorreu uma mudança substancial, com a instituição do primeiro Código de Menores e do primeiro Juízo de menores em 1927, intencionado em disciplinar e regulamentar as situações dos menores vadios e dos menores trabalhadores, instituições consideradas na época como um orgulho para o mundo jurídico, mas que, segundo novamente Osterne (*op. cit.*, p.27), “sabe-se que admitiam o recolhimento de menores às delegacias de polícia em celas ditas ‘especiais’. Em outro aspecto, não se dispunham de condições para a implementação das propostas de proteção.”

A consolidação do Primeiro Código de Menores, “veio com o Decreto 17.943-A, de 12.10.1927 e foi redigido por José Cândido Melo Matos, primeiro Juiz de Menores do país e considerado na época como o apóstolo da causa da infância”. (Jasmin, 1986, p.87). Este Código “estabelecia a total irresponsabilidade penal dos menores de 14 anos e mantinha um sistema punitivo para os ‘delinquentes’ de 14 a 18 anos que seriam submetidos a um processo

especial.” (Jasmin, *op. cit.*, p.88). Leia-se por processo especial a penalidade atenuada, o encaminhamento para reformatórios ou para estabelecimentos anexados à penitenciária adulta.

Em 1941, durante o Estado Novo, (1937-1945), regime ditatorial implantado pelo Presidente Getúlio Vargas, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, o qual segundo Pilotti; Rizzini, 1995, p.27) tinha como “funções de organizar os serviços de assistência, ministrar o tratamento aos menores, antes tarefas exclusivas dos Juízos.”

No Ceará, inspirado no modelo do SAM, foi criado em 1935, o Instituto Carneiro de Mendonça, situado na localidade de Santo Antônio do Pitaguari, atual Município de Maracanaú, assim denominado em homenagem ao Interventor do Estado, que governou o Ceará de 1934 a 1937. Osterne (1984, p.29), chama a atenção para o curioso nome de Santo Antônio do Buraco, que essa instituição ficou popularmente conhecida: “essa instituição, na época, era sinônimo de castigo e se constituiu em ameaça por parte dos pais, àqueles filhos que não se enquadravam nos modelos de comportamento socialmente aceitos.”

Em razão do SAM, na prática ter se caracterizado um verdadeiro sistema penitenciário para menores das camadas desfavorecidas da população, desprovido por completo de preocupações socioeducativas, foi extinto pelo regime militar (1964-1985). Vista como uma questão de Segurança Nacional, a marginalização do menor passou a ser percebido como uma das mais sérias ameaças à desestabilização de um sistema e por isso mesmo, deveria ser combatida sob um novo viés de atendimento, sem internação e tendo como objetivo maior garantir sua inclusão social. Foi nesse contexto que o governo Castelo Branco outorgou a Lei 4.513/64, que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM e criava a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM.

Para o alcance dessa ideiação, a FUNABEM cria um sistema descentralizado de suas ações através de órgãos estaduais e estas passam a implementar programas integrados. No Ceará, surge assim a Fundação Estadual do Bem-estar do Menor do Ceará - FEBEMCE, regulamentada em 1969, que transforma o Instituto Carneiro de Mendonça em Cidade Hortigrangeira Juvenil, vinculada à sua Coordenação de Programas Integrados. Desnecessário dizer que a modernização, a reeducação e a inclusão social pretendidas não saiu do papel, pois acabou repetindo toda a prática do ex-SAM, no atendimento ao menor, o que agravou ainda mais a situação.

Simultâneo à PNBEM, foi outorgado um novo Código de Menores, que ficou na história com o nome de Código de Menores de 1979, fortemente influenciado pela Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1950. Este

segundo Código de Menores foi instituído pela Lei 6.697/79, que em seu texto, dispõe sobre “assistência, proteção e vigilância a menores de 18 anos de idade, que se encontram em situação irregular.” (Art. 1). A expressão última desse primeiro artigo referia-se, segundo Freitas (*Op. Cit.*, p.27), “às mais diversas situações, desde o abandono à autoria de infração penal.”

Com a redemocratização da sociedade brasileira a partir de 1985, no bojo daquilo que ficaria registrado como Novos Movimentos Sociais, surgiu em São Paulo e se estendeu rapidamente por todo o Brasil, inclusive no Ceará, o Movimento em Defesa do Menor e a Pastoral do Menor, esta, de iniciativa da Igreja Católica e mantida nos estados por suas respectivas arquidioceses, o que acabou culminando, em parceria com outros diversos segmentos da sociedade civil, inclusive o mundo acadêmico contribuindo com pesquisas diversas na área da infância e da adolescência, com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990.

Marcos importantes desse período que antecedeu ao ECA foram a eclosão do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua (1982), a realização do I Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de atendimento a Meninos e Meninas de Rua (1984) e o surgimento, neste mesmo ano, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, bem como da Promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, que pela primeira vez incluiu no texto constitucional, em seu capítulo 227, os direitos da infância e da adolescência. No Ceará, em 1984, foi criado o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas da Criança – NUCEPEC, órgão de extensão da Universidade Federal do Ceará – UFC e a Pastoral do Menor, em 1986. (JASMIN,1986).

O ECA, na ótica de Mager; Silvestre (2004, p.87-88),

Estabeleceu um novo modelo para o trato das crianças e adolescentes no país, ao afirmar que. A mudança mais importante foi a de que, com o Estatuto, crianças e adolescentes passaram a ser considerados como sujeitos de direito. Foi dada ênfase, no texto da lei, aos Princípios da Prioridade Absoluta e da Proteção Integral para o grupo de pessoas consideradas “em desenvolvimento”, ou seja, toda população entre o nascimento e os 21 anos de idade.

No entanto, graças ao ECA possibilitou uma integração das políticas públicas para a infância e a adolescência, em que ações nas áreas de educação, saúde, habitação, assistência social, esporte, cultura e lazer, numa espécie de rede de proteção integral, na qual todos os agentes sociais propõe-se atuar em parceria com a sociedade civil, tendo como público alvo todas as crianças e adolescentes, independente de camada social, etnia, gênero e crença.

A coordenação dessa rede de proteção integral, está a cargo da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, com sede na cidade de Fortaleza, criada em 1999, através da Lei 8.389/99, subordinada à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social – SETRA. A FUNCI, em seus projetos, trabalha com a identificação dos potenciais criativos e o estímulo à participação política e social de crianças e adolescentes, no objetivo de garantir proteção aos meninos e meninas com direitos violados (vítimas de violência sexual, em situação de rua ou de trabalho infantil), bem como àqueles que cumprem medidas socioeducativas em regime semiaberto. (www.coorgest.funci.fortaleza.ce.gov.br).

O Conselho de Direitos foi mais uma criação expressiva em vigor, a partir do ECA, com atuação nos três níveis de governo e formado por representantes de órgãos governamentais (50%) e a outra metade por representantes de entidades e da sociedade civil,” com a responsabilidade de propor e definir prioridades, programas e projetos para a implementação das políticas públicas e controlar as ações governamentais e não-governamentais.” (MAGER; SILVESTRE, *op. cit*, p. 88). A cidade de Fortaleza sedia o Conselho Municipal de Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.

Outra importante inovação advinda com o ECA foi a criação dos Conselhos Tutelares, com a responsabilidade de aplicar medidas de proteção às crianças e adolescentes, quando violados em seus direitos, em parceria com o Poder Judiciário, (Varas da infância e da juventude), o usuário e a sociedade em geral. Na Comarca de Fortaleza, atuam seis conselhos tutelares, de acordo com o número de secretarias regionais-SERs. Na SER II, correspondente à área central da capital cearense, o conselho tutelar situa-se na rua Tereza Cristina, 112 e os demais nos bairros de Otávio Bonfim, João XXIII, Vila Betânia, Conjunto Ceará e Dias Macedo.

O ECA, ao longo dos seus atuais 25 anos de história, tem sido alvo de segmentos sociais conservadores, que o consideram como uma lei de proteção à delinquência infanto-juvenil. A participação de crianças e adolescentes em ações criminosas, sem sombra de dúvida cresceu muito nas últimas duas décadas, mas não como consequência do ECA, mas da própria dinâmica do sistema capitalista, que alargou no tempo dado o fosso entre os ricos e os pobres e da apatia do poder público em não cuidar como deveria dos segmentos infanto-juvenis de nossa população, que permanecem em multidão, trabalhando em ocupações de risco ou morando nas ruas e nas praças, sendo atraídas pelo crime organizado ,quando deveriam estar na escola ou em instituições especializadas, Recorrendo aos dois autores há pouco citados, eles são enfáticos ao afirmar que:

Com o ECA, a política de proteção infanto-juvenil no Brasil apresentou avanços e reveses. Dos avanços, toda a sociedade se beneficia. Quanto aos reveses, estes podem ser

atribuídos, em boa parte, a uma série de mitos e mal-entendidos. A má-vontade, a má-formação, a inabilidade ou apenas a falta de entendimento do ECA faz com que tais mitos, infelizmente já popularizados, continuem a se reproduzir perante a opinião pública, gerados e alimentados deliberadamente por profissionais, agentes públicos e lobistas contrários às mudanças inauguradas pelo código de 1990.

1.3 DA CATEGORIZAÇÃO

No percurso dessa breve história da criança e do adolescente pobres, de acordo com as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo, percebe-se um processo de reconstrução da categoria “criança e adolescente em situação de rua”, aqui utilizada por ser a de uso mais comum, hoje em dia. Tais mudanças, que diga-se de passagem, não ocorrem por acaso, resultam de ideologias que predominam em cada época e servem aos seus grupos dominantes, para exercer seus poderes da forma mais conveniente possível aos seus interesses. Encontra-se concordância em Freitas (*Op. cit.*, p.22-23), ao afirmar que as classificações da infância pobre em categorias, no Brasil, “contribuíram para reforçar o abismo que separa ainda hoje a infância pobre da infância abastada.”

Nos primórdios dessa história, comumente encontra-se a classificação desse segmento da população infanto-juvenil como desvalidos, abandonados, órfãos e outros semelhantes, pelos quais é possível perceber um caráter piedoso, tornando-os objetos da assistência do Estado, o que não implicou, conforme visto nos subitens anteriores desta comunicação, transformados em objetos de medidas correcionais, punitivas e discriminatória por parte dos agentes governantes de então.

Com o advento do Código de Menores de 1927, passou a se usar a categoria menor, conforme Carvalho (1999. p.17-18) cita:

Como conceito dominante da infância pobre no Brasil. Esse conceito operacional foi elaborado segundo referências jurídico-assistenciais. Desde então, esta passou a ser denominada ‘menor delinquente’, ‘menor abandonado’, ‘menor de conduta antissocial’, ‘menor carente’, ‘menor em situação de risco’.

A partir de 1979, quando entrou em vigor o novo código de Menores, recorre-se mais uma vez a propensão ao eufemismo, com a entrada em cena da categoria “menor em

situação irregular”, conceito, ou porque não dizer mais um rótulo, pelo qual as ideias já então socialmente petrificadas da criança pobre brasileira vista como delinquente em potencial e como “caso de polícia”, ganhou considerável reforço. Esta nova reformulação terminológica pode ser considerada como o grande diferencial entre os dois primeiros códigos do menor.

Em fins da década de 1970, ao mesmo tempo que oficial e juridicamente ocorria essa mudança categorial que só reforçou o que antes já existia, surge, graças ao interesse que a criança e o adolescente pobres passou a despertar nos meios acadêmicos, artísticos e religiosos, a categoria “menino de rua” vai para as ruas e começa a fazer parte do imaginário brasileiro, provocando a mudança da ótica dominante do menor como de “caso de polícia” para uma questão política. CARVALHO (1990) explica de forma contundente, essa mudança qualitativa da abordagem no trato das coisas do mundo infanto-juvenil pobre:

[...] deve-se ao fato de que a conduta das crianças e adolescentes nas ruas começou a modificar a ordem estabelecida, com a eclosão de situações de violência e o aumento da criminalidade. A situação de pobreza e exclusão social em que se encontram as famílias das classes populares urbanas fez com que um número cada vez maior de crianças e adolescentes ganhasse as ruas, em busca de estratégias de sobrevivência. Estas são as mais variadas, e transformam a rua em local de moradia e geração de renda.

Com o ECA, no bojo da série de modificações que este Estatuto trouxe ao mundo da criança e do adolescente pobres no Brasil, passou-se a acrescentar à expressão “menino de rua” a expressão “em situação de rua”, entendendo que não era a população infanto-juvenil pobre na rua que colocava a sociedade em risco, mas era ela própria que corria todo um conjunto de riscos.

“Meninos e Meninas em situação de rua” desconstrói a ideia de que todas as crianças que estão nas ruas são abandonadas por suas famílias e por instinto de sobrevivência são possíveis de cometer os mais bárbaros comportamentos antissociais. Nem toda criança na rua é ociosa, viciosa e criminosa. Existem crianças em situação de rua e em diferentes situações. Elas podem ser trabalhadores, ou não, escolarizados

De acordo Carvalho, (Op. Cit. p.21),

[...] interiorizam uma série de valores e práticas que não devem corresponder às expectativas dos outros, mas às suas próprias expectativas. Mantendo relações esporádicas com suas famílias, eles vão se distanciando lentamente de seus valores, inclusive aqueles relativos à escola e ao trabalho. Por isso, suas experiências e perspectivas de futuro são mais ligadas ao imediatismo, pela situação de exclusão social em que se encontram, eles necessitam criar códigos específicos para sobreviver.

Recentemente houve uma expressiva discussão sobre a redução da maior idade penal, nas redes sociais e no plenário em Brasília.

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 19/08/2015 em segundo turno por 320 votos a favor, e 152 contra e 01 abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos no caso de crimes de homicídios doloso, lesão corporal seguida de morte e crimes hediondos, como o estupro. No entanto, a PEC ainda precisará passar por duas votações no Senado para ser promulgada pela câmara.

A matéria foi aprovada em primeiro turno no início de julho, com 323 votos favoráveis e 155 contra, sob protesto de deputados contrários à mudança constitucional. Um texto um pouco mais abrangente havia sido rejeitado pelo plenário na véspera, mas após uma manobra regimental, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), colocou o tema novamente em votação e o texto acabou passando.

Pela proposta aprovada, os jovens de 16 e 17 anos terão que cumprir a pena em estabelecimentos penal separados dos menores de 16 e maiores de 18. Após completar 18 anos, eles irão para presídios comuns.

A votação ocorreu sem a presença de manifestantes no Salão Verde e com as galerias do plenário vazias. Várias manifestações foram proibidas.

No plenário, deputados favoráveis e contrários à proposta se alternaram na tribuna para apresentar suas posições a respeito da PEC.

A deputada Maria DO Rosário (PT-RS) criticou a redução da maioria penal e colocou que União, Estados e Municípios atuem de forma integrada para evitar que os jovens entrem no crime. Falou ainda que “Precisamos de políticas cada vez mais integradas para enfrentar a violência, que não é culpa da juventude”.

Também no plenário o Deputado Moroni Torgan (DEM-CE) que é a favor, destacou que países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Inglaterra, punem adolescentes por atos equivalentes a crimes. “Os países de primeiro mundo permitem que os maiores de 13 e 14 anos sejam responsabilizados. Aqueles menores que querem usar da impunidade para matar, estuprar e fazer delito grave, esses vão ter a certeza de que a partir da aprovação não terão mais impunidade”.

Levando-se em conta o atual clamor social e aprovação à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz maioria penal de 18 para 16 anos, com essa medida definitiva, os menores abandonados, forçadamente, terão as ruas trocadas pelas casas de detenção, o que reforça ainda mais a justificativa, em prol da não aprovação dessa mudança jurídica.

2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO USO DE DROGAS

No capítulo I foi apresentada, de forma sucinta, a história da criança e do adolescente em situação de rua, de sua gênese social até os dias de hoje, no Brasil e no Estado do Ceará com ênfase na cidade de Fortaleza.

No presente capítulo, mesmo não se tratando de uma pesquisa sobre drogas, mas por exigência do seu objeto de estudo, busca-se um conhecimento básico sobre o que é droga e uma compreensão sobre as possíveis conexões existentes entre a situação de rua e o uso de drogas e quais as possíveis consequências dessa relação para o agravamento das condições de vida das crianças e adolescentes em situação de rua.

Para tanto, elegemos perguntas que poderiam nos guiar em nossas investigações. O que é droga, e quais os tipos de droga de preferência, quais os fatores de risco que levam ao suposto uso de drogas, qual a relação existente entre pobreza e droga, em que o uso de droga contribui para a desagregação familiar e o abandono do(s) filho(s) na rua? Qual a importância da família como protagonista dessa realidade? As respostas, em aberto, a estas e outras questões constituem o conteúdo deste capítulo.

2.1 DROGAS – CONCEITOS ESSENCIAIS

A Organização Mundial da Saúde – OMS, autoridade maior no assunto, define o termo Droga como “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento.” (www.senad.gov.br)

Azevedo (2002, p.13), cita dois exemplos que ilustram bem esta definição:

Uma substância que contrai os vasos sanguíneos modifica a sua função e resulta em aumento de pressão arterial, gerando uma mudança na fisiologia. Ou, uma substância que faz com que as células do cérebro (os neurônios) fiquem mais ativas modificam a sua função e, como consequência, a pessoa perde o sono e sofre mudanças de comportamento, demonstrando por exemplo, ansiedade e agressividade.

As falas de alguns dos atores desta pesquisa servem para reforçar o citado conceito da OMS, bem como os exemplos ilustradores deste autor:

(AC, 13, M) Não gosto de maconha porque eu fico lesado e com fome;

(MF, 12, F) A cola me deixa numa boa, alegre, esperto e esqueço que estou com fome.

Quando o uso de uma substância psicotrópica deixa de ser ocasional e torna-se contínuo e ou abusivo, observa-se no comportamento do usuário determinados fenômenos, dos quais, a tolerância e a abstinência são os mais comuns no organismo do usuário.

A tolerância é definida pelo Código Internacional de Doenças – C.I.D. – 10, como “decréscimo da resposta do organismo a uma droga devido ao seu uso constante”. Isto significa dizer que o organismo do usuário passa a necessitar de quantidades cada vez maiores da substância usada, para adquirir o efeito provocado pela primeira vez de uso, vez que o uso continuado tende a ter uma acentuada redução do efeito prazeroso causado pela droga.

Já a abstinência é definida pelo mesmo código, como “uma síndrome caracterizada por um conjunto de sintomas decorrentes da falta da droga no organismo, tendo por consequência intenso mal-estar e sofrimentos físicos e mentais.” Esse desconforto físico e mental (insônia, náusea, febre, vômitos, diarreia, tremores, delírios, taquicardia, angústia, hipertensão, ansiedade, depressão, etc.) provocadas pela suspensão brusca do uso da droga, cujo ápice da crise ocorre a partir do segundo dia. Em alguns casos, principalmente na ausência de um acompanhamento médico adequado, pode levar o usuário a óbito.

A tolerância e a abstinência são considerados sintomas bem evidentes da Síndrome da Dependência Química, descrita no CID-10:

Por um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham valor.

Recorrendo-se às falas dos atores da pesquisa, percebe-se com nitidez a realidade desses conceitos. O jovens declararam em entrevista que:

(P, 14, N) Se eu não queimar uma pedra atrás da outra não sinto mais o barato que antes eu sentia;

(C, 13, M) Quanto mais eu cheiro cola mais vontade eu tenho;

(MF, 12, F) Quando queimo pedra na lata lembro sempre quando eu mamava na mãe.

Ressalta-se que nem todo indivíduo que chega a experimentar um ou mais tipo de drogas, sejam lícitas ou ilícitas, ou faça uso esporádico ou diversional, desenvolvem a dependência química, o que segundo a OMS, ” apenas 30 % dos que entram no mundo da droga, tornam-se dependentes químicos.” (In Azevedo, Op. cit.). Alerta este autor, (p.14-15), que o diagnóstico dessa doença gradual e incurável, de natureza múltipla (física, mental e espiritual) exige, além dos dois já citados, pelo menos três dos seguintes desejos:

Forte desejo ou compulsão para consumir a substância; dificuldades para controlar a vontade de iniciar o uso da droga e a quantidade consumida, bem como de parar com o consumo; abandono progressivo de prazeres ou interesses alternativos em favor do uso da substância psicoativa; persistência no uso, apesar das evidências claras de consequências nocivas à saúde e à convivência familiar, escolar e social.

Tais sintomas são materializados nas seguintes falas dos sujeitos da pesquisa:

(P, 14, M) Depois que usei a pedra, só quero saber dela, saí de casa, da escola [...],

(C, 13, M) Tendo cola pra cheirar tenho tudo, o resto não interessa [...].

Estudos sobre o consumo de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua revelam índices alarmantes. Lê-se em BRASIL (2006, p.105), que no ano de 2003, em Fortaleza e nas demais capitais brasileiras, mostrou que,

[...] 88,1% dos entrevistados já haviam usado drogas. Desses, 48.3% admitiram fazer uso pesado, ou seja, terem consumido algum tipo de droga várias vezes por dia, no mês que antecedeu a coleta de dados. [...] As drogas consumidas em maior intensidade (uso diário) foram o crack, a maconha, o tabaco, os solventes (cola, loló, desodorante, etc.) e as bebidas alcoólicas, além de medicamentos farmacêuticos como Diazepam, Hipnol, Artane e Benflorjin.

Como se vê, apesar de existir uma droga de preferência por parte do usuário em geral e em particular da criança e do adolescente em situação de rua, este conceito deixa de existir de acordo com o grau de dificuldade em obtê-la. Confirma esta afirmação as seguintes falas dos pesquisados:

(FJ, 15, M) Eu gosto mesmo é da pedra, mas na falta dela, uso o que pintar [...];

(MF, 12, F) Prefiro a cola, mas na hora h, vale qualquer uma, não vale é ficar de cara [...];

(C, 13, M) Quando vou dormir, não tem coisa melhor do que um baseado, a gente relaxa [...].

2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS DROGAS MAIS USADAS

Na presente classificação, não se leva em consideração a legalidade ou não das drogas mais usadas pelo público alvo desta pesquisa, geralmente, nesse aspecto, postas em dois grupos: lícitas e ilícitas. Isto porque o que interessa aqui é saber como elas atuam no organismo humano e suas atividades no sistema Nervoso Central. Além do que, a questão da legalidade e da ilegalidade de uma droga se deve a fatores históricos e culturais, sendo que em determinada época uma substância tóxica pode ter seu uso legalizado, como foi o caso recente da maconha no Uruguai, assim como aquelas consideradas legais, podem vir a ser ilegalizadas ou ter seu uso restrito por determinação jurídica, como é o caso das drogas tabagistas e alcoólicas no Brasil, que passam por profundas restrições do seu uso em lugares públicos e nas propagandas nos meios de comunicação social. Além do que, uma droga pode ser legal em determinada cultura e ilegal em outra, como acontece com as drogas alcoólicas, que nas culturas muçumanas é radicalmente proibido o seu uso. (BUCHER (2002))

Da mesma forma, pode-se observar nesta pesquisa, que as drogas de preferência também estão submetidas a fatores sociais, notadamente mercadológicos, obedecendo as leis da oferta, da procura e do preço. O exemplo bem clássico é o CRACK, que hoje desponta como a droga de maior uso, em todas as faixas etárias e em quase todas as classes sociais, principalmente entre as categorias de menor poder aquisitivo, desbancando os inalantes e a maconha, até há pouco soberanas entre as crianças e adolescentes em situação de rua. A este respeito, falam alguns dos atores deste estudo:

(FJ, 15, M) A pedra é mais barata e mais gostosa [...];

(C, 13, M) A pedra é mais fácil de arranjar, até mesmo que a cola [...];

(J, 13, M) Cocaína é droga de rico e complicada de usar na rua [...].

De acordo com o grau de preferência, inicia-se a classificação farmacológica com as drogas Estimulantes da Atividade do Sistema Nervoso Central, assim chamadas porque aceleram a atividade cerebral, fazendo com que o estado de vigília fique estimulado. Entre estas, incluem-se o crack, a cola, a maconha e o tabaco.

Sobre o crack, sua produção e seus efeitos, observa Oliveira (1997, p.31), que:

Em meados de 1970, os chamados ‘químicos de rua’ converteram hidrocloreto de cocaína em base livre de cocaína, a uma temperatura de 89 graus C, possibilitando uma nova e mais poderosa droga, semelhante a pequenas pedras, que podem ser

fumadas em cachimbos ou latas de refrigerantes usadas, sem que se destrua suas propriedades psicoativas, permitindo assim o transporte da droga aos pulmões e conseqüentemente, uma maior absorção e entrada mais rápida no cérebro, em torno de cinco a oito segundos.

Assim como o efeito é intenso, porém, instantâneo, daí o porquê de ser também, intensa a fissura causada por esta droga no organismo do usuário, que o leva sempre a querer mais e mais.

A COLA é, entre os inalantes, a droga mais usada desse grupo. Ela contém em si, um conjunto de substâncias químicas voláteis, como por exemplo tolueno, hexano, acetato de etila, benzeno, tricloroetileno e diclorometano. Lê-se em BRASIL (2005, p. 28), sobre os inalantes em geral, que:

Os inalantes são, na sua maioria, produtos industriais, combustíveis ou de limpeza, que são inalados com o propósito de sentir algum 'barato'. Quase todos os solventes ou inalantes se tornaram drogas de uso recreativo, embora não tenham sido fabricados com esse propósito. No Brasil, alguns inalantes são também fabricados clandestinamente ou contrabandeados, para fins de abuso, como é o caso do lança-perfume e do 'cheirinho da loló'. Todos esses produtos têm em comum alguma substância volátil (ou seja, que se evapora muito facilmente, sem precisar de aquecimento). Essa substância volátil, aspirada pelo nariz ou pela boca, é o componente responsável pelos efeitos que os usuários de inalantes buscam.

Tal como o crack, os efeitos da cola (euforia, leveza, fantasias, delírios etc.) aparecem e desaparecem rapidamente, poucos segundos depois de inalados, vez que passam diretamente dos pulmões para a circulação sanguínea, atingindo o cérebro e o fígado, órgãos com maior volume de sangue no organismo humano. Esta é a razão do seu uso em saco de plástico, que é cheirado até o fim do produto. Vale salientar que a venda da cola em lata passou a sofrer restrições legais, passando a ser permitida aos profissionais que dela fazem uso, como os sapateiros em geral.

A MACONHA, cientificamente chamada de *Cannabis Sativa*, tem por princípio psicoativo o tetrahidrocannabinol (THC), contida numa espécie de ramalhete ou flor, produzida pela própria espécie vegetal e usada de forma fumegante em cigarros artesanais, conhecidos pelos usuários de baseados. Segundo Azevedo (2002, p. 88-89),

[...] dependendo da quantidade de THC presente (o que pode variar de acordo com o solo, clima, estação do ano, época de colheita, tempo decorrido entre a colheita e o uso), a maconha pode produzir diferentes efeitos em termos de potencialidade. Em geral, o usuário recreativo experimenta sensações de bem-estar e relaxamento, crises de riso e disposição física e criativa. Com o uso abusivo esses efeitos passam a ser mais desagradáveis e comumente o usuário sente intensa angústia, tremores, alucinações, taquicardia e sudorese, o que leva alguns estudiosos a classificá-la como uma droga perturbadora do sistema nervoso central.

Vale salientar que atualmente no Brasil existe um movimento social, politicamente organizado, que luta pela legalização da maconha, denominado “Legalize, Já”, em prol do seu uso científico, farmacêutico e do seu uso psicoativo.

O TABACO Nicotina *Tabacum* é uma planta herbácea, nativa das Américas, usada há pelo menos dez séculos pelos povos ameríndios, antes da chegada dos europeus a partir de 1492, de cujas folhas são extraídas a nicotina, que segundo Azevedo (2002, p. 70),

[...] é uma substância alcaloide, de alto teor psicoativo e de causar dependência. [...], classificada como estimulante do SNC, provocando neste uma redução do tônus muscular. É absorvida pelos pulmões chegando ao cérebro em cerca de 10 segundos, e os seus principais efeitos, são de princípio, uma sensação de relaxamento, leve elevação do humor e diminuição do apetite.

Dela, são confeccionados, artesanal ou industrialmente vários produtos de uso fumegante, tais como o cigarro, o charuto e o rolo de fumo, entre outros. No entanto, em termos industriais, informa-se em BRASIL (2005, p.10-11), que o processo de produção desses produtos tabagistas, sobretudo o cigarro,

[...] envolve muitos passos e processos químicos e a adição de vários aditivos, tais como alcatrão, amônia, acetona, arsênico, cianeto, tolueno, butano, monóxido de carbono, DDT, naftalina, cadmiun entre milhares de outros. [...] como muitos desses produtos são de natureza venenosa, as chances de se morrer pelo uso de cigarro (1 em 3) é duas vezes maior do que a chance de se morrer fazendo “roleta russa” (1 – 6, numa arma de fogo que carrega seis balas).

Os sujeitos da pesquisa assim se pronunciaram sobre o uso de cigarro:

(M, 12, M) Eu fumo todo dia, nem que seja as pontas que eu cato na rua, serve pra me acalmar;

(MF, 12, F) Cigarro é bom só me faz bem;

(J, 13, M) Uso o fumo do cigarro junto com a pedra, queima melhor.

O ÁLCOOL é o nome genérico que se dá às bebidas obtidas através de processos de fermentação de diferentes produtos de espécies vegetais, entre as mais conhecidas estão a cevada, a videira, o caju e a cana de açúcar, ente outras, das quais se produz, respectivamente, a cerveja, o vinho, o mocroró ou cauim, a aguardente, popularmente conhecida como cachaça. Além destas, existem as bebidas alcoólicas destiladas como o uísque, a vodca, o rum, o gim, etc.

Sobre o álcool, Longenecker (2002, p.37) informa que:

[...] é a droga mais antiga usada pela espécie humana, cujos registros de seu uso datam aproximadamente por volta de 6.000 anos a.C. O álcool reforça o seu próprio consumo através da ativação do circuito de recompensa do cérebro e os seus efeitos mais agudos têm como causa a depressão do sistema nervoso central. Suas propriedades químicas permitem uma fácil absorção do estômago para a corrente sanguínea e do sangue para o cérebro, modificando neste as propriedades de suas membranas. Os neurônios expostos ao álcool não conduzem os potenciais de ação com a mesma frequência e rapidez com que o fazem normalmente [...].

Este autor, observa também, na mesma obra (p.41) que:

O abuso crônico do álcool prejudica todos os sistemas orgânicos. Depois de consumido, é convertido em acetaldeído, que provoca a produção excessiva de ácido láctico, que faz aumentar os sintomas de gota nas pessoas suscetíveis. A gota é um distúrbio hereditário do metabolismo. O aumento do consumo desencadeia, também, o aumento da quantidade de lipídios(gorduras) no sangue e no fígado, que traz como consequência várias doenças letais.

Intrigantes são as observações das crianças e adolescentes sujeitos desta pesquisa a respeito das bebidas alcoólicas:

(AC, 13, M) Comecei a beber acho que tinha 9 anos, quando ainda tava em casa. Meu padrasto bebia e me obrigava a beber para depois fazer imoralidade comigo. Saí de casa por isso e não bebo mais, só aqui e acolá;

(MF, 12, F) Minha mãe bebia cachaça e quando saía pra rua eu aproveitava e mandava a ver no que sobrava. Eu tinha nessa época uns oito pra nove anos e quando ela chegava e me via beba só faltava me matar de peia;

(FJ, 15, M) Não gosto de beber, corta a lombrada da pedra, só bebo quando não tem pedra.

2.3 FATORES DE RISCO AO USO DE DROGAS

Há um consenso, quase sem contestação, entre os estudiosos do fenômeno do uso de drogas, que uma pessoa não se torna um usuário, seja do tipo experimentador, esporádico, costumeiro ou abusivo, que tenha iniciado o seu uso por acaso ou por decisão própria, ou, por questão de predisposição orgânica. Em outras palavras, o uso experimental ou continuado de drogas por uma pessoa resulta de uma conjunção de fatores pessoais, sociais e fatores inerentes às próprias drogas, fatores esses que ao mesmo tempo podem ser de natureza protetora assim como de natureza de risco, variando de indivíduo para indivíduo.

Por contingências do objeto de conhecimento deste estudo, neste tópico, o foco do mesmo volta-se para os fatores de risco, que em BRASIL (2006, p.118), encontra-se a seguinte definição: “Fatores de risco são circunstâncias sociais ou características da pessoa que a tornam mais vulnerável a assumir comportamentos arriscados como o de usar drogas.”

Para SILVEIRA (*Op. Cit*, 2004, p.107),

Não há um motivo único determinante que leve uma pessoa a fazer uso de tóxicos. Geralmente, o que ocorre é um conjunto de fatores psicológicos que se ligam aos fatores sociais. Uma criança ou um adolescente pode ser motivado a experimentar drogas pela primeira vez por vários motivos; os principais são: a curiosidade por novas sensações, a facilidade de encontrá-las e a existência de amigos que usam ou aprovam o seu uso, os quais agem como elemento de pressão, fazendo com sintam medo de se sentir isolado do grupo. [...] além disso, pesam também as dificuldades econômicas e a insegurança quanto ao futuro, a falta de integração da família e a ausência de participação social.

Nota-se por estas citações, que a criança e o adolescente em situação de rua vivem em permanente estado de risco ao uso de drogas. A começar pela própria condição de estar na rua, vez que é óbvio que ser humano nenhum nasce predestinado ou com vocação para isso. O mundo da rua não é lugar para eles e na rua, seja por não ter um lar para voltar, ou seja por estar batalhando a sua sobrevivência e de sua família, eles correm toda espécie de riscos: drogas, trabalho infantil, prostituição e morte. É como afirmam de forma contundente Milito e Silva (1995, p. 27):

Ora, o menino só na rua transforma-se em uma monstruosidade social, um paradoxo, uma aberração. Existem grupos, camadas, setores (temos que identificá-los) em nossa sociedade que criaram uma fantasmagoria com a matéria – prima do menino “livre” na rua. E essa fantasmagoria contém um forte ingrediente: para ele o mundo não tem mistério, seu roteiro não conhece limites e no entanto, esse errar na rua, essa aparente condição de “ser livre como um passarinho”, sofre a limitação de condicionamentos e restrições. Os meninos que transitam nas ruas o fazem em logradouros específicos com acessos e saídas delimitados.

Para estar na rua os jovens adolescentes precisam se agrupar ou não sobrevivem e para se agrupar, eles precisam provar ao grupo no qual ele vai se integrar que não é um “Mané” e para isso, entre outras determinações, para superar os deslizos e desajustes geradores de tensões e conflitos intergrupais, é preciso ceder às pressões e intimidações do grupo que o precede e uma delas é provar que não é careta, que usa droga e se não usa precisa usar para provar aos outros e a si mesmo que não é um “Mané”. Desse modo, o uso de drogas para essas

crianças e adolescentes é uma forma de socialização, uma convivência, uma troca de experiências. Nesse sentido, observa Carvalho (1999, p. 53):

A droga desempenha uma gama de funções, tanto no nível individual, quanto no coletivo. O significado da dimensão simbólica produzido pelo consumo de drogas, é um fator importante em seu processo de adaptação e adesão ao mundo da rua. Essas dimensões relacionam-se à formação e sedimentação da identidade dos sujeitos na rua, que, por definição, é um espaço público, permeado por diversos atores e relações sociais que perpassam suas vidas.

Os atores desta pesquisa corroboram com essas afirmações:

(FJ, 15, M) Quando saí de casa e fui para a rua, eu sabia que não tinha volta, mas pior do que lá em casa não podia ser. Eu tinha só que me garantir;

(C, 13, M) Eu já usava lá em casa, cachaça, desodorante, xarope, mas na rua eu tive que gostar de cola, pois os meninos todos usavam e eu não podia ficar de fora. Hoje, não troco cola por nada.

Outro fator de risco é o descaso com o próprio corpo, com a própria saúde. Alimentam-se pessimamente, com o tempo vão perdendo toda e qualquer noção de higiene e entregues à própria sorte, não se apegam à vida, muito embora todos lutam para sobreviver na selva de pedra que é a cidade e aos poucos adquirem a consciência de que não têm nada a perder: vivem no limite das possibilidades, é tudo ou nada e tanto faz como tanto fez. Daí porque, muitos até sabem, mas não se preocupam com os males que as drogas possam causar em seus organismos:

(MF, 12, F) Eu queimo pedra e vou fumar até morrer, eu num tô nem aí, minha mãe me expulsou de casa para ficar com o home dela, aí agora tanto faz [...];

(FJ, 15, M) Droga só faz bem, dá coragem pra gente encarar os outros, dá coragem pra roubar, pra transar por grana [...].

A falta de perspectiva de vida é mais um fator de risco para as crianças e adolescentes em situação de rua. Isto não passa despercebido a eles. O alcance da maioridade penal e a perda da proteção legal que eles possuem, pelo menos no “papel” lhes é indiferente. O futuro para eles é apenas um prolongamento do presente. Sobre isto, observa Silva e Milito (*Op. cit*, p. 139), que,

[...] menino de rua não é malandro, lutam pela sobrevivência, trabalham, fazendo biscates, pela cidade. Lutar pela sobrevivência é uma expressão de forte

impregnação animal, desespero animal de permanecer vivo, de se manter vivo. O animal capaz de tudo, artiloso, oportunista, agressivo, pronto para o bote em nome não da vida, mas de sua vida, da vida do seu grupo.

Percebe-se, assim, que a criança e o adolescente em situação de rua não tem no rol de suas preocupações, uma perspectiva de vida futura, a construção de uma atividade social e nem um desejo de construir uma família. Os “sonhos” natural nessa idade desaparecem em função de um cotidiano massacrante e o abandono por completo da dimensão da sociabilidade produtiva. A morte e a vida é sempre encerrada com “não tô nem aí”.

A vida lhes ensina cotidianamente que eles são verdadeiramente sem futuro. Nesse rumo, nada melhor do que as drogas para mascarar os sintomas depressivos e as crises de angústia e de existência, que inevitavelmente os acometem, crianças e adolescentes humanos que são:

(MF, 12, F) A cola não me deixa pensar na vida nem na morte;

(FJ, 15, M) Não quero morrer, nunca vou me matar, se for preciso eu mato para viver, mas se eu morrer, azar, tanto faz;

(J, 13, M) O pior da vida é queimar uma pedra atrás da outra. Não gosto de família, de escola, gosto de viver e sei que não vou viver muito, posso morrer a toda hora, pela pedra, pelos ome, de AIDS, tô nem aí [...].

Vê-se, portanto, que nesta questão de não ver futuro em suas vidas, levam a criança e o adolescente em situação de rua estão a viver por impulso, animalizadas que estão e o descontrole do impulso os tornam incapacitados a educar suas vontades, a estabelecer metas e a ter um ideal de vida, que passa a ser então, em última instância, a luta pela sobrevivência e para se manter vivos, o uso abusivo de drogas. Couberive (1965, p. 11-12), alerta que:

A educação da vontade, a aquisição de uma vontade enérgica é ponto capital da nossa vida, pois uma vontade forte tem poder ilimitado de irradiação e é causa de vastas repercussões na nossa ação sobre nós mesmos e sobre o mundo exterior. [...] O governo de si mesmo põe entre as mãos dos homens o máximo de probabilidades para vencer na vida. Infelizmente, poucos são os que se governam.

Para encerrar este capítulo, citamos Sousa Neto (2006, p.59), que com muita propriedade passa um sentimento otimista, de que é possível, através de políticas públicas verdadeiramente voltadas, não para a “guerra contra as drogas”, mas para ações preventivas, capazes de promover ações que combatam não somente o uso de drogas, mas, sobretudo, o agravamento das condições em que se encontra essa população, com todo o furor que hoje

querem atribuir a eles, a causa fundamental do estado de violência social que se vive em Fortaleza e nas capitais e cidades em geral do nosso país:

Ao me debruçar sobre os motivos que levam crianças e adolescentes escolares não usuários de drogas a se manterem limpos, apesar dos fatores de risco que vivenciam cotidianamente, fui movido por três crenças inabaláveis: a primeira diz respeito a utopia de que algum dia, mesmo em um futuro remoto, viveremos em mundo sem drogas, um mundo de prazeres reais, de lúdica lucidez mental, gerados por redes sociais, sem que para tanto sejam necessários repressão policial, castigos físicos e psicológicos, internações compulsórias etc. A segunda, é a defesa da prevenção primária como forma de se construir concretamente a utopia de mundo sem drogas, ou seja, da eficiência desse instrumento para chegar à criança e ao adolescente primeiro que a droga e, a terceira, a crença na família e na escola com espaços protetores, lugares privilegiados para ações preventivas ao uso e abuso de drogas.

Aproveitando a oportunidade que esta citação permite, pensamos em uma quarta crença, diante do quadro atual, também muito utópica, da construção de um mundo onde não mais existam crianças e adolescentes em situação de rua.

Talvez seja mesmo uma esperança muito utópica, no entanto, ainda que devemos admitir que diante do atual quadro de circunstâncias até aqui apresentado nos pareça quase impossível o desaparecimento completo e definitivo dessa terrível ferida social, ainda assim, acreditamos que uma efetiva ação de políticas sociais planejadas poderá, mesmo que não de forma definitiva, diminuir efetivamente este triste quadro de penúria social em que se encontram os menores em situação de rua.

3 DA PESQUISA DE CAMPO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE RESULTADOS.

3.1 LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa se desenvolveu no centro da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, mais precisamente na Praça dos Leões, a partir de fins do mês de agosto de 2015. A Praça dos Leões, oficialmente chamada de Praça General Tibúrcio, situa-se no chamado centro histórico de Fortaleza. O lócus de nossa pesquisa não passava de uma larga área de areal, entre o então Palácio do Governo e a Igreja do Rosário, área que, quando muito servia para a armação de circos.

Quarenta anos depois, portanto, em 1887, por resolução da Câmara de Vereadores de Fortaleza, foi concedido ao local o nome de Praça General Tibúrcio, em homenagem ao General do Exército Brasileiro, Antônio Tibúrcio de Sousa (1833-1885), que teve destacada atuação na chamada Guerra do Paraguai (1865-1870) e grande pensador, também com destacada atuação no mundo das letras. No dia 8 de abril de 1888, foi posta, no centro da praça, a estátua do General Tibúrcio, no qual, desde o dia 11 de agosto de 1952, foram depositados os seus restos mortais, trasladados do Cemitério São João Batista, sendo a primeira da cidade.

No decorrer de sua história, a Praça General Tibúrcio passou por sucessivas reformas, sendo a mais significativa, aquela que ocorreu entre os anos de 1913-1914, na gestão de Idelfonso Albano, que teve como destaque a colocação das três vistosas esculturas de leões, trazidas da França, o que levou o povo cearense, em sua verve humorística, denominá-la de Praça dos Leões, substituindo de vez na memória do fortalezense o seu nome oficial.

Por ser um espaço central e bastante arborizado e acolhedor, apesar das constantes reformas, por ter permanecido quase sempre em estado de abandono, acabou se tornando um “território” privilegiado para este grupo de crianças e adolescentes em situação de rua, principalmente como dormitório, por apresentar as condições adequadas de proteção física, ambiental e comportamental, um espaço que os permitem habitar, circular, relacionar-se e se “divertirem” sem grandes riscos repressivos.

Assim, a Praça dos Leões tem um valor simbólicos para os sujeitos desta pesquisa, pois os possibilita uma interação com o lugar e com aqueles que nele vivem (adultos e idosos em situação de rua) e por aqueles que por ela transitam, o que faz com que, nesse espaço, eles

se reconheçam, construam suas redes sociais, sua identidade. Não queremos dizer com isso, que, essa relações com os demais frequentadores da Praça dos Leões (vendedores de livros, camelôs, adultos em situação de rua, pessoal responsável pela limpeza e conservação do lugar, educadores sociais, artistas, policiais, etc.) se dá numa forma amistosa, sem conflitos, pois como em todo espaço, há interesses particulares e grupais a serem preservados. Nesse sentido, é profundo o pensar de Silva; Milito (1995, p.19):

Qualquer novo personagem desta cena meticulosamente controlada é um inimigo em potencial [...]. E assim se consolida um paradoxo muito interessante, pois enquanto os meninos se sentem liberados para, em locais públicos, praticar atos e satisfazer necessidades consideradas íntimas, estão impedidos, por seus iguais de outros grupos de, pertencendo a tal malha territorial se aventurar em outro território.

3.2 DO PÚBLICO – ALVO

A delimitação da amostra forma-se de sete pessoas, em situação de rua, que tem na Praça dos Leões uma espécie de abrigo, sobretudo, noturno, sendo seis do sexo masculino e uma do sexo feminino, com idade entre doze e quinze anos, pois de acordo com a classificação etária estabelecida pelo ECA, que em seu artigo 2º, “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade de idade.”. Eles estão identificados por um código alfanumérico, formado por uma letra inicial fictícia maiúscula, mais uma numeração verdadeira referente à idade, segundo eles próprios, e uma outra letra, também maiúscula e verdadeira correspondente ao gênero.

Esta delimitação, foi definida, por critérios qualitativos, em consonância com os objetivos a priori definidos no projeto da pesquisa, como por exemplo crianças e adolescentes em situação de rua, preferencialmente desvinculadas da família e de qualquer forma de trabalho infantil formal, que sobrevivem às próprias custas, seja por meios de atos infracionais como furtos, assaltos, prostituição, uso e tráfico de drogas.

Quanto ao tamanho de nossa amostra, o seu reduzido número nos causou um certo desapontamento, pois tínhamos uma ideia preconcebida de que as ruas e praças do centro de Fortaleza estavam “tomadas” pela presença de infanto-juvenis em situação de rua, entregues à própria sorte. Isto porque, em nossas andanças, em outros afazeres, pelo centro da capital, o que víamos e ouvíamos a respeito nos levava a crer, que se tratava de centenas, e no entanto, em campo constatávamos que não passavam de dezenas. Antes, os víamos perambulando pelas praças e ruas

do centro, multiplicando-se feito formigas em ambientes adocicados. Em nossas primeiras idas ao campo, decepcionados, nos perguntávamos a nós mesmos, por onde eles andavam, o que foi feito deles, por que haviam se tornado uma população invisível, em um quadro social bastante propício a sua proliferação. Em nossos primeiros contatos e conversas, alguns deles nos deram algumas pistas sobre tal fenômeno:

(FJ, 15, M) A coisa tá feia, os hôme tão dando de pau em cima de nós.

(P, 14, M) A gente não podemos ficar num canto, temo que circular.

(MF,12, F) Tá todo mundo contra nós, os bichos de rua vale mais que nós;

(J, 13, M) Querem dá sumiço na gente, bater, prender, matar, se a gente vacilar.

É óbvio que os critérios qualitativos que priorizamos contribuíram para esta reduzida amostra. Fôssemos incluir em nosso público-alvo, crianças e adolescentes que mesmo em situação de rua, continuam mantendo relações familiares e escolares mesmo que instáveis, que transitam cotidianamente da comunidade à rua, e vice-versa, que trabalham ou mendigam na rua e contribuem para a renda familiar, aí sim, poderiam ser contados às centenas.

Contudo, repetimos, apesar da reduzida amostra, abordar as “nossas” crianças e adolescentes não foi nada fácil. Não raro, nossas idas quase diárias ao campo, idas diurnas e mesmo nas noturnas, não coincidiam com a presença deles e nem todas as que nós abordávamos, pelo menos de princípio, dispunham de tempo e boa vontade para conversar conosco. No entanto, a nossa boa vontade e determinação de dar cabo à nossa pesquisa, conseguimos o nosso intento.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.3.1 Das dificuldades primeiras

Já de posse da carta nº 01/2015, da UNILAB, nosso primeiro procedimento foi, depois de várias tentativas, através de ligações telefônicas, entrar em contato com a FUNCI, o que só foi possível no dia 02 de novembro de 2015, quando então protocolamos o documento de apresentação. Dois dias depois, fomos recebidos por dois funcionários do órgão, diga-se de passagem, com uma certa resistência, indiferença essa que soubemos superar, porém terminaram nos atendendo. Ao longo dessa primeira conversa, eles sempre se mostravam pessimistas quanto

a uma ação institucional referente à questão das crianças e dos adolescentes em situação de rua na cidade de Fortaleza, embora deixaram bem claro, que, após a promulgação do ECA, Lei nº 8.069/90, e a consequente criação dos Conselhos Tutelares, a situação melhorou consideravelmente. Segundo eles, houve uma fusão de programas e a FUNCI ficou responsável, em parceria com outras secretarias de governo, pelos programas Adolescente cidadão, Ponte de Encontro, Rede Aquarela, Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza e Coordenação e Suporte Administrativo Operacional aos Conselhos Tutelares.

De todos esses programas, optamos pelo projeto Ponte de Encontro, por ser o mais adequado ao objeto de estudo de nossa pesquisa. Assim, fomos encaminhados ao coordenador do projeto, Sr. Cláudio Mota, com o qual tivemos o primeiro encontro e, diga-se novamente de passagem, desta feita, muito bem recebidos, o qual pacientemente nos apresentou o funcionamento do mesmo: constituído por 23 Educadores sociais, divididos em equipes de quatro membros, lideradas por um supervisor. A função das equipes é fazer abordagens com as crianças e adolescentes em situação de rua, em diferentes espaços da cidade de Fortaleza, três vezes por semana, através de um questionário padrão, elaborado pela FUNCI (ver Anexos). Explicou-nos que tudo é feito de forma livre e que nenhum dos abordados é obrigado a participar. Nesse sentido, nossa atenção foi despertada para o fato de que somente os questionários com um número mínimo de perguntas respondidas, são analisados e entram para as estatísticas dessa instituição governamental.

Depois de uma longa conversa com o coordenador Cláudio Mota, saímos e enquanto fazíamos um passeio pelas ruas do centro de Fortaleza, acordamos que ficaríamos com a Equipe I, responsável pelo acompanhamento das crianças e adolescentes em situação de rua, na faixa etária de 0 a 17 anos que transitam, sobretudo, entre a Praça dos Leões, a Praça do Ferreira e a cidade da Criança. Tendo como modelo o questionário da FUNCI, elaboramos um outro questionário. (Ver Anexos). Entusiasmados, como todo “navegante de primeira viagem”, tentamos, pelo menos, por quatro vezes entrar em contato com os educadores sociais Cleila (supervisora) e os demais integrantes (Jorge Miranda, Kely, Rafaela e Macileuda), mas, tamanha foi nossa decepção, pois os mesmos em todas as ocasiões, demonstraram um visível desinteresse, alegando envolvimento em outras atividades.

Além da FUNCI, diversas outras instituições públicas estaduais e municipais atuam junto às crianças e adolescentes no intuito de sua ressocialização, como por exemplo o Centro de Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente-CEDECA, Ministério Público do Estado do Ceará-MP-CE, Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude-

CAOPIJ, Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente- DECECA, Conselho Tutelar, existindo um em cada Secretária Regional do Município de Fortaleza, Defensoria Pública- DP, Centro de defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza-CDPDH, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMDICA, Fundação da ação Social- FAZ. Desnecessário dizer que tais instituições estão aqui citadas como informação e que elas não fizeram parte de nossa pesquisa.

3.3.2 Do campo

Certamente, as dificuldades não terminaram com os agentes da FUNCI. Outras, maiores e mais significativas, vieram com a nossa ida para o campo da pesquisa, entregues à nossa própria sorte. Fomos à “luta”, portando a Carta da UNILAB, a autorização da FUNCI, questionários, diário de campo e um gravador portátil, cientes de que o campo, seja qual for o objeto de estudo, é um lugar de alta tensão e de imprevisíveis armadilhas, local onde a capacidade de lidar com a surpresa e de entendê-la é condição imprescindível. É nesta ótica que queremos descrever nossa aventura no campo, as barreiras que tivemos que enfrentar e os desvios que precisamos tomar.

Assim, fomos, cientes também, de que para garantir o êxito de nossa “missão”, seria necessário estarmos munidos de persistência e alteridade para desarmarmos as armadilhas diante do inesperado e do estranho que constituem o campo. É o que diz, em outras palavras, Silva; Milito (1995, p.10):

O movimentar-se de um pesquisador no campo, por maior que seja o grau de intimidade que tenha com o seu objeto, a intersubjetividade conseguida, o grau de fusão dos horizontes, será regulado também por sua curiosidade, seu interesse, suas incertezas específicas. O conjunto de tais movimentos e vivências compõe o mapa mental da pesquisa, projetos, hipóteses, comprovação, relativização das projeções pessoais sobre experiências vividas.

Desse modo, as grandes dificuldades que encontramos no jogo da pesquisa, ao entrarmos em campo, foi percebermos que o campo por si realimenta as dificuldades de acesso, delimitando papéis e atitudes possíveis. Logo vimo-nos diante de situações nas quais precisaríamos conquistar espaço, como por exemplo, confundirmo-nos com os sujeitos da pesquisa, como se fossemos um deles, o que na verdade, seria impossível, vez que vimos

também e à primeira vista, que precisávamos nos diferenciarmos, para garantirmos alteridade e delimitarmos o nosso papel, até porque nos contrastes dessa convivência, as expectativas do pesquisador e os interesses dos atores da pesquisa são contraditórios e, porque não dizermos, inconciliáveis. Isto está posto, de forma bem evidente, na fala de um dos entrevistados:

(MF, 12, F) Vez por outra pinta aqui uns pessoais, cheio de 7-1, dizendo que tão com nós, como se fosse um de nós e vão simhora e nunca mais aparece. É diferente da gente, que tamo na rua todo dia, vivendo todo tipo de perigo.

Em nossas idas e vindas ao campo, ao poucos um sentimento de encantamento foi tomando o lugar do estranhamento, pelo qual a insuperável diferença entre pesquisadores e pesquisados foi sendo aparentemente superada. Mas, nesse sentido, não se pode esquecer que o fato de estar legalmente em campo, tal legalidade, entre outras coisas, não nos dá não o aludido pertencimento. Este, vai sendo conquistado numa espécie de jogo político, no qual os pesquisados buscam constantemente manipular o pesquisador, de acordo com os seus próprios interesses individuais ou grupais.

Quando adentramos o campo, lembramos de certas recomendações feitas pelos educadores sociais da FUNCI, anotadas em nosso diário de campo, sobre o cuidado que deveríamos ter com nossos objetos pessoais, que deveríamos evitar o uso de acessórios de valor, como cordões, pulseiras e anéis de ouro, relógio de marca, celular de ponta, etc. Mesmo assim, certa vez, cometemos um deslize, que nos foi de grande risco, mas ao mesmo tempo, de grande aprendizado. Numa certa noite, esquecemos de guardar nossos pertences e imediatamente voltamos para guardá-los no porta-luvas do carro e nem nos demos conta de que estávamos sendo observados:

(MF, 12, F) Tia, vi vocês tirando e guardando no carro os cordão e anéis e os relógios. Só não tirou esses brincos aí porque são de miçanga, né?

Foi assim que aprendemos que, maior do que nosso anseio de sermos aceitos por eles, era percebermos de que eles, muito mais do que qualquer outra coisa, observavam em nós aquilo que, provavelmente, jamais poderiam ter que não fosse pela via da delinquência. Outro aprendizado que o fato relatado nos proporcionou foi a confirmação de que, no campo, assim como nós os observávamos, éramos por eles observados.

Aprendemos, também, no campo, que deveríamos saber lidar com as costureiras chantagens infantis, que tanto vivenciamos em casa com filhos, sobrinhos e afilhados. Um certo dia, um deles se aproximou todo solícito e nos disse, naturalmente:

(MF, 12, F) Vô ser legal com vocês. Tão vendo aquele polícia ali. Ontem ele pediu para fazer umas coisas comigo, disse que ia me dá cinco conto. Fiz o que ele pediu e o bicho sem vergonha me enganou. Mas o que é dele tá guardado. Se vocês me derem uns trocados, eu conto mais coisas.

Nesta ocasião, tentamos explicar para ela e outros que de nós se aproximaram, que aquele não era o nosso papel, que estávamos ali para ajudá-los de outras formas, o que não deu em nada, pois seguidas vezes o fato se repetiu em situações diferentes, quer dizer, nos contavam coisas violentas e degradantes a que eram submetidos e que nos pareciam invenções, e sempre que isso acontecia, nos pediam algo em troca. Isso nos ensinou que deveríamos estar atentos para o não dito pelo dito em suas falas. Na verdade, mais do que algo em troca, eles querem dar a impressão de manter uma aparência que são fortes, formas que encontram para encobrir suas fragilidades.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, não podemos deixar de mencionar o encantamento que o campo nos causou. O singular cotidiano vivido por crianças e adolescentes em situação de rua ofereceu-nos oportunidades de crescimento pessoal e acadêmico. Situá-los em seus limites, implicou compreendermos sob quais ditames eles vivem nas ruas, mantendo perigosas e complexas relações com policiais, traficantes, prostitutas, cafetões, garçons, mendigos adultos, cada um com seus múltiplos interesses próprios. Inclusive dos próprios sujeitos de nossa pesquisa. Como diz, novamente, Silva; Milito (1995, p.15),

Essa contextualização perderia toda sua riqueza se omitisse os interesses desses meninos e adolescentes. O videogame, a televisão, as artes marciais, seu imaginário, o peso simbólico desses vários significantes em seu discurso e em sua imaginação. [...] parecem sonhar com uma república dos imaturos, toda tecida pelos cortes com os vícios do mundo adulto.

3.3.3 Da natureza da pesquisa

Esta pesquisa, em razão dos objetivos nela perseguidos, é de natureza múltipla, ou seja, é ao mesmo tempo, qualitativa, descritiva e bibliográfica.

A Pesquisa Qualitativa é definida, segundo Martins (2004, p.14) como:

Aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo de dados, enfatizando a necessidade da intuição e da imaginação do pesquisador, numa proximidade com o pesquisado.

Assim, ao priorizar a subjetividade do pesquisador e a intersubjetividade da relação pesquisador-pesquisado, na pesquisa qualitativa o pesquisador analisa o seu próprio modo de olhar, ou seja, analisar as condições sociais de produção do seu próprio discurso e do discurso do pesquisado, evitando desse modo, produzir manipulações. Este método possibilita ao pesquisador explicitar os processos comunicativos construídos nas falas dos sujeitos da pesquisa, bem como nos textos bibliográficos selecionados.

A Pesquisa Descritiva se volta para a observação, a descrição, a classificação e a interpretação de fenômenos, sejam sociais ou físicos, na pretensão de expressar o modo e as causas que o fenômeno é produzido. Para Rudio (1986, p.57), este método consiste em:

[...] enunciar e indagar se um fenômeno acontece ou não, que variáveis o constituem, como classificá-lo, que semelhanças ou diferenças existem entre determinados fenômenos, etc. Os dados obtidos devem ser analisados e interpretados qualitativamente, utilizando-se palavras para descrever o fenômeno.

Já a Pesquisa Bibliográfica, numa produção acadêmica como esta, constitui-se numa busca teórica, capaz de fundamentar os dados obtidos empiricamente na pesquisa de campo, referentes a um dado fenômeno objetivado em estudo. Consiste, portanto, numa revisão de literatura disponível e selecionada a respeito do fenômeno pesquisado.

3.3.4 Da coleta de dados

Iniciamos nosso projeto de pesquisa com um objetivo mais amplo, quando pretendíamos colher as representações sociais sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, sob cinco enfoques: o olhar de suas famílias sobre eles e vice-versa; o olhar que a escola constrói sobre eles e suas famílias e destes sobre a escola; o olhar da justiça na mesma perspectiva e o olhar dos respeitáveis e normais cidadãos, transeuntes sobre todos os citados olhares e o olhar dos nossos atores sobre a questão das drogas.

Recebemos, no devido então, elogiosos comentários sobre o mesmo, porém, com a competência que lhe cabe, ela nos fez ver que ali estava um trabalho de grande

envergadura, o que praticamente o tornava inviável sua realização. Como “marinheiros de primeira viagem” acatamos a valiosa observação e tratamos de fazer alguns ajustes, no tocante a delimitação do tema e dos objetivos antes propostos. Desnecessário dizer, nestas alturas do presente trabalho, que optamos somente pelo últimos dos citados enfoques, contentando-nos, portanto, sobre as representações que os “ditos” socialmente por delinquentes infanto-juvenis constroem sobre si, a rua, a droga, a família, a escola, o abrigo, a polícia e os seus pares. Como a pesquisa foi praticamente realizada, não por nossa vontade, quase à revelia da instituição, a qual fomos encaminhados oficialmente pela UNILAB, no caso a FUNCI, porém com a referida valiosa ajuda da orientadora Rosália Menezes, abordamos os sujeitos da pesquisa munidos com questionários, diário de campo, gravador portátil, smarthphone, papéis e lapiseiras de cor, instrumentos de grande valia, para o registro de nossas conversas, suas falas, suas visões de mundo e para construirmos as análises das informações obtidas.

O questionário que utilizamos é do tipo fechado, contendo perguntas cujas respostas são dadas apenas por um sim ou não e perguntas de múltiplas escolhas, com no máximo cinco opções de respostas, dadas através da marcação de uma ou mais das alternativas propostas. Em razão do desconhecimento mínimo de leitura e escrita, na aplicação deste instrumento, fizemos a devida leitura dos questionamentos e da forma de respondê-los, o que não ajudou muito, pois dos nove questionados, somente três o responderam e, dizemos de passagem, que foram várias as nossas tentativas e em diferentes dias e situações motivacionais. Na elaboração do questionário aplicado, a despeito do questionário-padrão da FUNCI que nos foi repassado, optamos por elaborar o nosso próprio, buscando um maior grau de validade e de fidedignidade, conceitos que, segundo Rudio (2008, p.92), diz que, “um instrumento é válido, quando mede o que pretende medir e é fidedigno, quando aplicado à mesma amostra oferece consistentemente os mesmos resultados”.

Quanto à entrevista, por percebermos os receios dos sujeitos da pesquisa em deixar algo deles registrado, o que ficou evidente no fracasso quase total da aplicação do questionário, o que é para lá de compreensível, e até por uma questão de segurança, optamos pela entrevista não autorizada, cuja duração girou sempre em torno de uma hora, e, dependendo do número de presentes nesses momentos, eram realizadas de forma coletiva e individualizadas. As sete entrevistas realizadas, em diferentes dias, sem exceção, obedeceram uma ordem de perguntas previamente estabelecidas registradas no gravador portátil sem que eles soubessem que suas falas estavam sendo gravadas, o que, em comparação com a aplicação do questionário, resultou

em grande sucesso. Por meio desse tipo de entrevista, eles nos comunicaram não somente aquilo que esperávamos ouvir, mas, também, nos compartilharam muito do drama que eles vivem cotidianamente, demonstrando suas capacidades de observar a conjuntura em que eles se inscrevem historicamente.

Aparentemente, alguém pode dizer que fomos antiéticos e agimos de má-fé para com os nossos parceiros. No entanto, refutamos tais acusações, por duas razões: primeiro, porque os informamos previamente de que tudo o que eles nos informassem, ficaria no anonimato, pois não usaríamos seus próprios nomes e não deixaríamos nenhuma pista que fosse capaz de os identificá-los. Segundo, porque a cada gravação, ao transcrevê-las, tivemos sempre o cuidado de deletá-las por completo, levando em conta a possibilidade concreta de virmos ser assaltados, no caso aqui não por eles.

Outro instrumento de coleta de dados, que se mostrou a nós de grande importância foi o diário de campo. Nele registramos o que nos parecia significativo aos nossos objetivos, como por exemplos, impressões sobre as atitudes e comportamentos nossos e de “nossos” sujeitos infanto-juvenis, acontecimentos, pensamentos, versos, provérbios, rascunhos de desenhos nossos, feitos para passar o tempo enquanto esperávamos que os nossos parceiros de trabalho dessem o ar de suas graças e de suas desgraças, e, sobretudo, falas que eles deixavam escapar sem querer ou mesmo sem querer querendo e que muito diziam de suas subjetividades e de suas objetividades, das quais algumas estão postas nas linhas deste estudo em forma de citação. Podemos dizer, que os nossos diários de campo foram companheiros inseparáveis ao longo de toda nossa pesquisa. Infelizmente, por uma questão de ética, tivemos que nos desfazermos deles, pois em algumas de suas passagens, em caindo em mãos indevidas, poderiam comprometer a identidade das nossas crianças e adolescentes.

Por último, neste elenco de instrumentos de coleta de dados, utilizamos, também, o Teste do Desenho da Família, (ver Anexos), mais como uma forma lúdica de interação entre nós, pesquisadores e pesquisados, do que propriamente com intenções de análises psicológicas, pois disso assumimos que somos completamente leigos. Disponibilizamos a eles, papéis e lápis, solicitando que eles desenhassem suas famílias, sem demarcar tempo para a realização da tarefa. Por incrível que pareça, todos participaram, ainda que apenas dois nos devolveram. Mesmo assim, estes dois desenhos, de nenhum valor artístico e sem identificação pessoal, inclusive na hora da entrega foram orientados para fazer chegar em nossas mãos de uma forma que não soubéssemos de seus autores, falaram

incomparavelmente mais de suas famílias, do que nas entrevistas, quando ficou evidente a profunda resistência deles quando o assunto era família. Em um deles, a família foi representada pela figura da mãe, avó e cinco crianças e no segundo, a mãe em plano maior, junto com três crianças e a figura de um homem, bem isolada dos demais, não deixando evidências de se tratar do pai ou do padrasto.

3.3.5 Da análise dos dados

As crianças e adolescentes em situação de rua, que compõem a amostra desta pesquisa, usam, de todas as formas e meios, o próprio corpo como único instrumento de sobrevivência, seja nos momentos mais cruciais, seja nos momentos menos tensos. Em outras palavras, seja para obter, sobretudo, alimentos, drogas e alguma vestimenta ou agasalho, que constituem suas necessidades básicas, seja nos raros momentos de “folga ou lazer” (banho, uso de droga, brincadeiras, conversas, etc.). As mencionadas formas e meios podem ser deduzidas de suas próprias falas:

(P.14, M) Se pagar eu transo e dependendo do tanto, faça tudo, e se tiver droga, aí que é mesmo [...];

(C, 13, M) Em troca de uma parada, dou uma de avião;

(FJ, 15, M) Quando saio nas campanha, assalto sou capaz de tudo;

(MF,12, F) Nem dormindo tenho sossego, é só pesadelo, aí acordo assustada;

(J, 13, M) Gosto de me catar e comer os piolhos, comer meleca, casca de ferida [...].

No tocante ao olhar que eles tem de si como um grupo, não se veem como uma gangue e são unânimes em afirmar que isso é invenção dos lojistas, da polícia e da população em geral, com raras exceções. Eles gostam de estar juntos na hora de queimar pedra, fumar baseado, cheirar cola e de sair para as ruas na caça de qualquer presa que possam dar o bote, bem como na hora de comer e de dormir. Tudo isso é muito normal e natural para eles, animalizados que são pela sociedade. No entanto, eles não sabem como se ajuntaram e acham que foi por puro acaso, mas sabem que não foi de uma hora para outra:

(J, 13, M) Tamo junto porque facilita nossa vida, nós gosta um dos outro, mas também brigamo e feio. (J, 13, M);

(FJ, 15, M) Nem sei como nos juntamos. Uns vão, outros vem, uns morrem, outros são preso, mas tem sempre alguém chegando e se vem só é bem aceito. (FJ, 15, M);

(MT, 12, F) Na hora h, cada um tem de se garantir, mas só temo nós mermo e o mundo contra nós. (MT, 12, F).

Vê-se que entre eles há um respeito a vida de cada um, que há uma aceitação, inclusive nos comportamentos mais bizarros que compõem suas bizarras vidas. Como não tem nada a perder, eles se aceitam sem recriminações, sem discriminação, como no uso de drogas, nas drogas de preferência, na prostituição, na prática de atos delinquentes (furtos, roubos, assaltos, etc.), sentem-se identificados um no outro, como se constituíssem uma espécie de família:

(P, 14, M) Acho que não sou nada, que não sou ninguém, mas sou igual a todo que mora aqui na praça.

(FJ, 15, M) Aqui é todo mundo igual, menino, menina, grande, pequeno [...].

(J, 13, M) Mexeu com um daqui, mexe com todos [...]. (J, 13, M).

Pensamos que esses fortes laços que foram e vão se fortalecendo no dia a dia da luta pela sobrevivência, é uma forma de substituição em relação às suas famílias biológicas, eles sentem muitas dificuldades em falar. A maioria de nossas investidas a respeito, eles respondiam com um silêncio censurador, suas expressões faciais ficavam tensas, como que querendo conter as lágrimas que nunca vinham e falavam qualquer coisa para desviar do assunto. Nos raros comentários que fizeram, (ver capítulo 2), a figura da mãe é sempre destacada e a do pai ou cadastro lembrados negativamente:

(MF, 12, F) Minha mãe morreu eu tinha cinco anos, aí eu e meus irmãos fomos pegando o beco, cada um prum lado [...];

(J, 13, M) Não quero falar disso. Minha família são eles aqui [...];

(MF, 12, F) Não sei, nem quero saber, tá melhor assim [...];

(M. 12, M) Eu não fui abandonado, eu que fugi para a rua [...].

A droga, como já dissemos em outro momento desta comunicação, faz parte da vida dos nossos pesquisados, como uma necessidade básica, essencial. Serve de elemento lúdico, prazeroso, relaxante das tensões cotidianas por eles vivenciadas vinte e quatro horas por dia, bem como, em certas ocasiões, para conter a carência alimentar e, principalmente, como elemento estimulador para suas práticas irreverentes, transgressoras e seus comportamentos insolentes e insubmissos. Em suas falas sobre as drogas, percebemos um grau tamanho de naturalidade e de intimidade, que para eles, parece, não existir as noções de vício, de dependência, de compulsão e outras que fazem parte da nomenclatura da drogadição:

(P, 14, M) O pessoal da FUNCI vem aqui e diz pra nós que droga faz mal. Droga só faz bem!;

(C, 13, M) Quando tô de bucho seco e não tem comida, queimo uma pedra e a fome passa;

(MF, 12, F) Só gosto de transar, lombrada [...];

(FJ, 15, M) Chapado, não fico lembrando besteira [...].

Nesta análise sobre o uso abusivo de droga, fica evidente que este comportamento representa para os atores desta pesquisa, um elemento de sua cultura. Para eles não importa, o que para os demais de sua faixa etária, mesmo aqueles que vivem na rua, levados pela própria mãe ou pai ou irmão mais velho, na ilegal condição de trabalhadores infantis, uma certa boa aparência, noções de higiene, roupas novas de marca ou não, cortes de cabelo da moda, etc. Comida, droga e sexo são bastantes. Na convivência entre eles, não existem limites: ficam nus na frente dos outros, masturbam-se, transam uns com os outros, inclusive os de mesmo sexo e não se rotulam:

(C, 13, M) Se eu tô com vontade, faço qualquer coisa na frente deles;

(MF, 12, F) Uma noite fiz umas coisa com um réi mendigo, na praça, por grana, na frente de todo mundo;

(J, 13, M) Aqui a gente não liga pro que o outro faz;

(FJ,15, M) Quando um de nós tá sentindo dor ou passando mal, todos se preocupam e vem ajudar.

Tais comportamentos movidos à droga dão a eles uma identidade, porque moldam a imagem que cada um faz de si e do outro e do mundo que os cercam: sentem-se iguais, nem melhor, nem pior do que o outro, inclusive no tocante ao futuro de suas vidas, assunto que eles também não gostam de falar. A grande luta é sobreviver a cada dia, sabendo que mais dia menos dia, tudo pode acontecer e de repente não ter mais amanhã, ou o amanhã significar a ida forçada para um abrigo ou para um centro de reeducação em regime de semiliberdade, o que eles fazem de tudo para que não aconteça, ainda que pareça um destino inevitável, pela vida que levam. Voltar para a casa, para a escola, ter um trabalho, mudar de vida, não faz parte de seus planos. Por isso mesmo é impressionante a forma como eles se agarram à vida que levam, o desejo de liberdade, pelo menos o que eles entendem o que é ser livre. Senão vejamos:

(MF.,12, F) Vou dormir na hora que eu quero, acordo na hora que eu quero, saio por aí [...].

(FJ, 15, M) Ontem quase vacilei, tomei o dinheiro de uma velha na saída do banco e quase me linchavam, mas consegui fugir, sem o dinheiro, mas fugi;

(J, 13, M) Vim pra rua faz tempo, acho que tinha dez anos, num sei nem se minha mãe ainda é viva, de tanto o homem dela bater nela;

(AC, 13, M) Vou viver na rua, até quando der, na rua a gente não vive muito tempo, não, todo dia matam pelo menos um;

(P, 14, M) Tô doente, vomito sangue quase todo dia, mas prefiro morrer na rua do que ir pra hospital.

Encerramos, aqui, a análise dos dados colhidos por meio do conjunto de procedimentos descritos no subitem 3.3.4. Buscamos, assim, narrar o cotidiano desses sujeitos infanto-juvenis, sobretudo, no tocante as suas relações com as drogas e o que estas significam para eles na guerra diária que travam pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas considerações que finalizam a presente pesquisa, afirmando o seu caráter não conclusivo, no sentido de que, em nenhum momento de sua produção, pretendemos esgotar o assunto e expressarmos respostas definitivas. Somos cientes do muito que não conseguimos dar conta em nossa pesquisa, mas somos também cientes de que isso é próprio de todo trabalho que se quer científico, para permitir que outros prossigam na investigação do que ficou em falta.

O fenômeno social de crianças e adolescentes em situação de rua, que mantém uma particular relação abusiva com as drogas, apesar do grande volume de pesquisas realizadas a partir dos anos de 1980, ainda é uma temática bastante controversa, repleta de tabus, mitos, poucas certezas e muitas opiniões. No entanto, temos a pretensão, sim, de que nosso estudo sirva de alguma forma, como fonte para outras pesquisas e, também, contribua para possíveis implantações de projetos de intervenção.

Por outro lado, diante da complexidade do problema, nota-se que as autoridades públicas e as instituições governamentais, assim como as não governamentais envolvidas, não se voltam para a implementação de ações concretas, capazes de reintegrar socialmente esse contingente populacional. O que se vê são programas assistencialistas, posturas de avestruz a enfiar a cabeça nas suntuosas salas de seus departamentos, para não querer ver, ou, para fazer de conta que estão agindo, esquecendo que a realidade de vida dessas crianças e adolescentes está muito longe de compor um conto de fada.

A história desse fenômeno social se confunde com a própria história da criança e do adolescente no Brasil e desde o seu princípio, ele tem sido sempre visto e tratado, nas políticas públicas historicamente implementadas, como caso de polícia, tornando a criança e o adolescente em situação de rua, principalmente aqueles que usam droga, os próprios culpados pela vida animalésca que levam, Daí a explicação de seguidas promulgações de leis específicas, iniciadas com o Código Penal brasileiro de 1881 e que se prolongou até os dias atuais, com a publicação do ECA, códigos que definem medidas de proteção à infância, mas que na realidade, nunca conseguem sair do “papel”, tornando-as “cidadãos de papel”, no dizer de Gilberto Dimenstein, expressão que dá título a uma de suas obras, nas quais ele trata da temática aqui em estudo.

A popularização do uso de drogas nos centros urbanos a partir dos anos de 1960, veio agravar ainda mais a vulnerabilidade da vida de grande parcela das crianças e adolescentes

em trânsito pelas ruas. E assim, conforme dito no parágrafo anterior, se esta questão não é uma mera questão de polícia, também, não pode ser reduzida isoladamente a uma questão médica, na busca de se estabelecer, legalmente, internações compulsórias e tratamentos clínico-terapêuticos.

Assim, defendemos políticas públicas que estabeleçam programas de intervenção, que incentivem e promovam projetos de vida, nos quais o sentimento de pertencimento, a formação de vínculos afetivos sejam prioritários, vez que o problema não é a rua e a droga em si, mas como a criança e o adolescente se relacionam com a rua e as drogas. Apesar de ambas tornarem suas vidas mais suscetíveis a situações de riscos, como a violência e a delinquência, as ruas e as drogas oferecem uma estrutura de acolhimento que a sociedade, a família e a escola e os programas oficiais não oferecem: uma espécie de afiliação, de uma família da rua, de sentimentos de pertencimento, de laços afetivos. Eles sabem, porque aprendem no dia a dia, que viver sozinho na rua é uma forma de suicídio. Desse modo, em grupo na rua, eles vivenciam uma espécie de inclusão social que nenhum estudioso do assunto pode ignorar ou minimizar. Daí que a saída da rua só pode ocorrer, sem que haja retornos, através de projetos em que a criança e o adolescente sentirem que o espaço afetivo da rua, fortalecido com o uso da droga, possa vir a ser encontrado nos espaços a eles ofertados, dos quais foram ou se excluíram, como a família, a escola e a comunidade.

Conforme constatamos em nossa pesquisa, a criança ou o adolescente em situação de rua e usuário de droga não é um indivíduo passivo perante a vida, mas um ser em construção, um sujeito de sua própria história. Assim, toda ação intervencionista que tenha como objetivo tão somente retirá-lo da rua e retirar a droga de sua vida, deve levar em conta a sua coparticipação no processo, sob o risco de tal ação resultar em um fracasso total. A rua e droga não estão presentes em suas vidas por acaso e nem ligadas tão somente a uma questão de delinquência, de vício e prazer, mas a um contexto de luta pela sobrevivência, da qual eles, suas famílias a escola, o mercado de trabalho e a comunidade são partes integrantes, juntamente com os poderes públicos instituídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rubens Barros de. **Drogas: um guia para a família**. São Paulo: Grupo Saúde e Vida, 2002.

BRASIL. **Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Brasília, UNB, 2006.

BRASIL. **Drogas: Cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes**. Brasília: SENAD, 2005.

_____. **Drogas: Cartilha sobre tabaco**. Brasília: SENAD, 2005.

BUCHER, Richard. **Drogas e Drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. *Apud* SOUSA NETO. Edição Independente, 2006.

CAMPOS, Nelson. **História do Ceará**. Fortaleza: Smille Editorial, 2008.

CARVALHO, Denise Bontempo Birche. **A reconstrução da categoria “criança e adolescente em situação de rua” na história social da infância e no âmbito do projeto Brasília**. Brasília: UNDCP,1999.

COUBERIVE, J. **O domínio de si mesmo**. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. **Infância e adolescência pobre no Brasil: cinco séculos de “abandono”**. Sobral: UVA, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Para uma história de legislação sobre o menor**. Fortaleza: UFC, 1986.

LONGENECKER, Gesina L. **Drogas, ações e reações – O que provoca o uso contínuo das drogas, como as drogas atingem o cérebro**. São Paulo: Market books, 2002.

MAGER, Miriyan. ; SILVESTRE, Eliana. **Mitos e verdades sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: contexto, 2004.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. São Paulo: USP, 2004. In www.sciela.br/pdf/ep/V30n2a07.pdf. acessado em 18.11.2015.

MILITO, Cláudia; SILVA, L.R. **Vozes do meio fio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **Por que voltei às drogas?** São Paulo: EDUSC, 1997.

OSTERNE, Maria do socorro Ferreira. **A institucionalização da assistência ao menor no Brasil**. Fortaleza: UFC,1986.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Apud, Freitas, I.C.M., 2000.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988

SOUSA NETO, Venâncio. **Os caretas do Visconde**: Por que eles não usam drogas? Fortaleza: Edição Independente, 2006.

www.coorgest.funci.fortaleza.ce.gov.br. Acessado em 15/08/2015.

www.senad.gov.br. Acessado em 18/08/2015.

ANEXOS

O COTIDIANO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E AS DROGAS: UMA ABORDAGEM PREVENTIVA E PRIMÁRIA.

QUESTIONÁRIO

- 1- Qual seu nome? (iniciais) ----- Idade:-----
- 2- Você estuda? Sim () Qual a serie?-----
Não () por que?-----
- 3- Você mora com seus pais? Sim () ou Não () por que?-----

- 4- Você tem irmãos? Sim () Não ()
- 5- Você nasceu em Fortaleza? Sim () Não ()
- 6- Você gosta das pessoas com quem você mora? Sim () Não () Por que ?

- 7- Você já teve contato com drogas? () Sim Qual? -----

Não ()
- 8- Há quanto tempo ?-----
- 9- Que tipo de drogas você usa com mais frequência?-----

- 10- O que você sente ao usar ?-----

- 11- Por que você optou por usar as drogas?-----

- 12- Você sente a rua como sendo sua casa?-----

- 13- O que você gosta na rua?-----

- 14- O que você não gosta na rua?-----

- 15- Você acha a rua um lugar perigoso? -----

- 16- Você sente falta de sua família?-----



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

CARTA/ Nº 01/2015

Sra. Tânia de Fátima Gurgel
Presidente da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI
Av. Pontes Viêira, Nº 1091 - Dionísio Torres
Fortaleza – CE

Redenção, 25 de agosto de 2015

Prezada Sra Tânia,

Venho através desta apresentar os alunos Francisco Marcelino Guimarães Barbosa e Joana Maria Guimarães Barbosa, devidamente matriculados no curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, para iniciarem uma pesquisa na respectiva instituição.

Nesta oportunidade, informamos que a pesquisa objetiva fazer um estudo com relação às crianças e adolescentes em situação de rua, assistidos por essa instituição. Esclarecemos que os dados levantados serão utilizados somente para fins acadêmicos.

Atenciosamente,

Assinatura e Carimbo
do responsável da Instituição

Giancarlo Cardoso Vecchia
COORDENADOR DE EDUCAÇÃO
ABERTA E A DISTÂNCIA
SIAPE: 1646824

Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI 10:39 h
REBIDO
02/09/2015
Conceição



Prefeitura de Fortaleza
Fundação da Criança e da Família Cidadã

DATA: ___ / ___ / ___

PROGRAMA: _____

PONTO DE ABORDAGEM: _____

RESPONSÁVEL PELA ABORDAGEM: _____

() Criança () Adolescente () Adulto () Idoso () Grupo

1.0. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome: _____

1.2. Apelido: _____

1.3. Identidade de gênero: () feminino () masculino () transsexual

1.4. Orientação afetivo sexual: () bissexual () heterossexual () homossexual

1.5. Data de nascimento: ___ / ___ / ___ 1.6. Idade: _____ 1.7. Naturalidade: _____

1.8. Endereço: _____

Bairro: _____

Ponto de referência: _____

Fone: _____

1.9. Filiação: 1.9.1. Mãe: _____

1.9.2. Pai: _____

1.10. Vínculo familiar: () com vínculo () vínculos fragilizados () vínculos rompidos

1.11. Documentação: () sim () não 1.11.1. quais? () CN () RG () CPF

1.12. Pessoa com deficiência: () não () sim qual: _____

2.0. TIPO DE VIOLAÇÃO

() Trabalho infantil

() Exploração sexual

() Violência intrafamiliar

() Abuso sexual

() Negligência / Abandono

() Situação de rua

2.1. Se caso de SITUAÇÃO DE MENDICÂNCIA / TRABALHO INFANTIL

2.2. Atividade laboral: _____ 2.3. Ponto de trabalho: _____

2.4. Horário de realização da atividade laboral: _____

2.5. Tempo que exerce: _____ 2.6. O que motivou seu ingresso: _____

2.7. Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual? () sim () não

3.0. POSSUI ALGUM BENEFÍCIO SOCIAL (BPC, PBF, PETI)?

() não

() sim

qual: _____

4.0. ESTÁ MATRICULADO? () sim – Escola: _____

Série: _____

Turmo: _____ () não Por quê? _____

4.1. Está frequentando a escola? () sim () não Por quê? _____





5.0. É ATENDIDO (A) POR ALGUMA INSTITUIÇÃO?

5.1. não sim. Quais: _____

6.0. UTILIZA SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS? não sim Qual:

álcool tabaco maconha cola crack
 solvente heroína comprimidos cocaína outra (s): _____

6.1. FREQUÊNCIA DE USO:

experimentou esporadicamente diariamente semanalmente
 mensalmente

7.0. ABORDAGEM COM GRUPOS:

Quando não for possível realizar abordagem individual.

Quantidade de pessoas	Identidade de gênero	Idade	Tipo de violação	Uso de drogas
	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> 0 --- 12	<input type="checkbox"/> Trabalho infantil	<input type="checkbox"/> Usa crack
	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> 13 ---17	<input type="checkbox"/> Exploração sexual	<input type="checkbox"/> Usa outras drogas ilícitas
	<input type="checkbox"/> Transsexual	<input type="checkbox"/> 18 --- 59	<input type="checkbox"/> Violência intrafamiliar	<input type="checkbox"/> Usa drogas ilícitas
		<input type="checkbox"/> + 60	<input type="checkbox"/> Abuso sexual	
			<input type="checkbox"/> Negligência / Abandono	
			<input type="checkbox"/> Situação de rua	

8.0. LEVANTAMENTO DE EXPECTATIVAS: _____

9.0. OBSERVAÇÕES: _____

10.0. ENCAMINHAMENTOS:

- PAEFI;
- CENTRO POP;
- COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (CPDROGAS);
- CONSELHO TUTELAR;
- CADASTRO ÚNICO – CADÚNICO;
- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS;
- OUTROS. Quais?

Especifique: _____

Assinatura dos (as) educador (as) / (es): _____















